



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

*Campus* Rolante

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM RECURSOS HUMANOS**

**Rolante - RS**

Agosto de 2019

**COMPOSIÇÃO GESTORA DA INSTITUIÇÃO**

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS**

**Reitor *pro tempore***

Júlio Xandro Heck

**Pró-Reitor de Ensino**

Lucas Coradini

**Pró-Reitora de Extensão**

Marlova Benedetti

**Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação**

Eduardo Girotto

**Pró-Reitora de Administração**

Tatiana Weber

**Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional**

Amilton de Moura Figueiredo

**COMPOSIÇÃO GESTORA DO IFRS - *CAMPUS* ROLANTE**

**Diretor-Geral *pro tempore* – *Campus* Rolante**

Jesus Rosemar Borges

**Diretor de Administração e Planejamento**

Marcelo Lauer Mota

**Diretora de Ensino**

Cláudia Dias Zettermann

**Coordenador de Desenvolvimento Institucional**

Francisco Tardelli da Silva

**Coordenadora De Extensão**

Camila Correa

**Coordenadora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação**

Josmael Corso

**COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PPC**

**Portaria nº 109 de 20/05/2019**

Profª. Ariane Mello Silva Ávila – Siape 3011415

Prof. Luiz Antonio Teffili – Siape 3008437

Prof. Eduardo da Rocha Bassi – Siape 2816280

Bibliotecária - Aline Terra Silveira – Siape 1802216

Coordenador de Desenvolvimento Institucional - Francisco Tardelli da Silva – Siape 2403823

Representante da Coordenadoria de Assistência Estudantil e Pedagógica

Téc. Assuntos Educacionais - Caroline Castro de Mello – Siape 1038551

**Sumário**

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO 4

1. APRESENTAÇÃO 5

2. HISTÓRICO 6

3. Caracterização do *Campus* 9

[5. JUSTIFICATIVA](#_4d34og8) 14

6. PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO 17

6.1 Objetivo Geral 17

6.2 Objetivos Específicos 17

6.3 Perfil do curso 17

6.4 Perfil do Egresso 18

6.5 Diretrizes e Atos Oficiais 19

6.6 Formas de Ingresso 20

6.7 Princípios Filosóficos e Pedagógicos do Curso 21

6.8 Representação Gráfica do Perfil de Formação 23

6.9 Organização Curricular 23

6.10 Trabalho de Conclusão de Curso 40

6.11 Estágio Extracurricular 41

6.12 Avaliação da Aprendizagem 42

6.13 Critérios do Aproveitamento de Estudos e Certificação de Conhecimentos 44

6.14 Metodologias de Ensino 47

6.15 Acompanhamento Pedagógico 50

[6.16 Indissociabilidade Entre Ensino, Pesquisa e Extensão](#_3o7alnk) 50

6.17 Articulação do Núcleo de Ações Afirmativas 50

6.18 Colegiado de Curso 51

6.19 Quadro de Pessoal 51

6.20 Certificação e Diplomas 54

6.21 Infraestrutura 54

7. CASOS OMISSOS 56

8. REFERÊNCIAS 56

9. ANEXOS 59

9.1 Normas para Utilização do Laboratório de Informática 59

**DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO**

1. **Denominação do Curso:** Técnico em Recursos Humanos
2. **Forma de Oferta do Curso:** Curso Técnico Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio
3. **Modalidade:** Presencial
4. **Habilitação:** Técnico em Recursos Humanos
5. **Local de Oferta:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - *Campus* Rolante
6. **Eixo Tecnológico:** Gestão e Negócios
7. **Turno de Funcionamento:** Noturno
8. **Número de vagas:** 35
9. **Periodicidade de Oferta**: Anual
10. **Carga Horária Total:** 811 horas
11. **Mantida:** IFRS
12. **Tempo de integralização do curso:** 
    1. Mínimo de 18 meses - 3 semestres;
    2. Máximo de 36 meses – 6 semestres.
13. **Diretora de Ensino:** Professora Cláudia Dias Zettermann

E-mail: [direcao.ensino@rolante.ifrs.edu.br](mailto:direcao.ensino@rolante.ifrs.edu.br) - Fone: 51- 99758-1711

1. **Órgão de Registro Profissional:** Conselho Regional de Administração – RS
2. **Coordenador de Curso:**

Luiz Antônio Teffili

Email: [luiz.teffili@rolante.ifrs.edu.br](mailto:luiz.teffili@rolante.ifrs.edu.br) - Fone: 51 – 99845-0505

1. **APRESENTAÇÃO**

O presente documento apresenta o projeto pedagógico do curso Técnico em Recursos Humanos, na forma Concomitante/Subsequente, presencial, referente ao eixo tecnológico Gestão e Negócios do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Este projeto pedagógico de curso se propõe a contextualizar e definir as diretrizes pedagógicas para o respectivo curso técnico ofertado no Instituto Federal do Rio Grande do Sul-*Campus* Rolante, destinado a estudantes que estão cursando o ensino médio, ou que já concluíram o ensino médio.

A proposta curricular deste curso está fundamentada nas bases legais do sistema educativo nacional e nos princípios norteadores da modalidade da educação profissional e tecnológica brasileira, explicitados na LDB nº 9.394/96, atualizada pela Lei nº 11.741/08, bem como, nas resoluções e decretos que normatizam a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no sistema educacional brasileiro e demais referenciais curriculares pertinentes a essa oferta educacional.

Estão presentes como marcos orientadores desta proposta, as decisões institucionais explicitadas no Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) do IFRS, traduzidas nos objetivos, na função social desta instituição e na compreensão da educação como uma prática social.

O *Campus* Rolante do IFRS entende como sua função primeira a promoção da educação científica, tecnológica e humanística de qualidade, visando à formação de cidadãos atuantes, críticos e conscientes, competentes técnica e eticamente, comprometidos efetivamente com as transformações sociais, políticas, culturais e ambientais, e que entendam a sua atuação no mundo do trabalho em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. Para cumprir a função social expressa no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFRS, em consonância com as necessidades identificadas de formação profissional na região em que se insere o *Campus* Rolante seguem os princípios norteadores da Educação Profissional oferecidos pelo IFRS:

1. valorização entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
2. articulação com o ensino médio;
3. respeito aos valores estéticos, políticos e éticos;
4. desenvolvimento de competências para a laborabilidade;
5. flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização.

Seguindo estes princípios e atento ao papel de uma instituição de ensino comprometida com o desenvolvimento humano integral, o IFRS entende que o Curso Técnico em Recursos Humanos Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio no *Campus* Rolante busca atender as demandas reprimidas de profissionais tecnicamente qualificados na área de recursos humanos.

O currículo do referido curso se baseia no diálogo e não somente na transferência do conhecimento, de forma que fortaleça o trabalho em equipe e promova a igualdade de oportunidades educativas. Acredita-se na educação dialógica como forma de ampliação das fronteiras de conhecimento, com vistas à formação de um cidadão em sua totalidade.

Para garantir a carga-horária prevista por semestre, o curso terá aulas 4 (quatro) dias por semana, de segunda a quinta-feira, no período noturno. A oferta do Curso Técnico em Recursos Humanos Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio atenderá os potenciais econômicos e necessidades regionais, caracterizados pela presença marcante de empresas de pequeno e médio porte nas áreas calçadista, madeireira e de serviços no município de Rolante e região do Vale do Paranhana. Além de formar profissionais para o serviço público da região.

1. **HISTÓRICO**

O IFRS foi criado em 29 de dezembro de 2008, pela lei 11.892, que instituiu, no total, 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Por força de lei, o IFRS é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Exerce autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar. O IFRS está integrado à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Segundo o PDI (2019), do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, em sua criação, o IFRS estruturou-se a partir da união de três autarquias federais: o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de Bento Gonçalves, a Escola Agrotécnica Federal de Sertão e a Escola Técnica Federal de Canoas. Logo após, incorporaram-se ao Instituto dois estabelecimentos vinculados a Universidades Federais: a Escola Técnica Federal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). No decorrer do processo, foram federalizadas unidades de ensino técnico nos municípios de Farroupilha, Feliz e Ibirubá e criados os campi de Caxias, Erechim, Osório e Restinga. Estas instituições hoje fazem parte do IFRS na condição de *Campus.*

Atualmente, o IFRS possui 17 *campi*, sendo: Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio Grande e Sertão e, em processo de implantação: Alvorada, Rolante, Vacaria, Veranópolis e Viamão. A Reitoria é sediada em Bento Gonçalves. Um dos objetivos dos Institutos Federais é definir políticas públicas que atentem para as necessidades e as demandas regionais. Nesse sentido, o IFRS apresenta uma das características mais significativas que enriquecem a sua ação: a diversidade. Os campi atuam em áreas distintas como: agropecuária, serviços, industrial, vitivinicultura, turismo e outras.

Cerca de 15 mil estudantes fazem parte do IFRS, matriculados em 180 opções de cursos técnicos e superiores de diferentes modalidades. O IFRS oferece também cursos de pós-graduação lato e stricto sensu e participa dos programas do governo federal como: Pronatec, Mulheres Mil, Proeja e Formação Inicial Continuada (FIC). O atual quadro de servidores do IFRS conta com mais de 840 professores e 840 técnicos administrativos, estando entre os dez maiores institutos federais do Brasil em número de estudantes e servidores. O quadro docente é constituído por possui 50% de mestres e doutores (PDI).

Devido à expansão da rede federal de educação profissional ocorrida no país a partir do início dos anos 2000, a comunidade do Vale do Paranhana realizou uma grande mobilização através de sindicatos, câmaras de vereadores, prefeituras e instituições de ensino em prol do projeto de implantação de uma escola profissionalizante em um dos municípios da região.

A intensificação das mobilizações ocorreu a partir de 2009, com a realização de audiências públicas em todos os municípios da região e coleta de abaixo-assinados de trabalhadores, empresários, entidades sindicais e lideranças políticas. Naquela ocasião, a reitoria do IFRS prestou apoio e incentivo à comissão que estava conduzindo todo o processo, orientando-a quanto às necessidades de contrapartida municipal para aprovação do projeto no âmbito do Ministério da Educação.

Com isso, o município de Rolante se prontificou a sediar a instalação da “escola técnica”, como era denominada pela comissão e pela comunidade do Vale do Paranhana. Nesse sentido, foi disponibilizado à construção da futura escola um terreno de 8 hectares localizado a aproximadamente 4 quilômetros da sede municipal. De posse da confirmação da doação do terreno e da coleta de milhares de assinaturas, a comissão conseguiu realizar uma audiência com gestores do MEC no ano de 2011. Nesta reunião foi aprovada a criação do *Campus* Rolante, vinculado ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Em seguida, a comissão e gestores do IFRS realizaram várias audiências públicas nos municípios da região com o objetivo de identificar as principais demandas por formação profissional. Os resultados dessas audiências apontaram quatro eixos principais, de acordo com a diversidade de suas características socioeconômicas, que são: agropecuária, coureiro-calçadista, gestão e tecnologia da informação.

Como um dos eixos apontados nas audiências públicas foi na área de gestão e negócios, tornou-se necessário viabilizar a ampliação do terreno para atender as exigências do MEC e também para o pleno desenvolvimento dos projetos didático-pedagógicos das ciências agrárias. Assim necessitava-se um espaço maior para a criação de animais e para o cultivo de frutíferas, culturas anuais, hortaliças e flores. Desse modo, durante o ano de 2012, a Prefeitura Municipal de Rolante procedeu à desapropriação de várias pequenas propriedades rurais anexas ou próximas ao terreno inicialmente destinado à implantação do *Campus*, cujo total atingiu 57 hectares.

No ano de 2013, foram elaborados os projetos arquitetônicos para a construção do primeiro prédio escolar do *Campus* Rolante. O primeiro bloco, construído, comporta inicialmente uma biblioteca, nove salas de aula, dois laboratórios de informática, sala de professores e setor administrativo. Totalizando uma área construída de aproximadamente 3 mil metros quadrados. As construções futuras compreenderão além do prédio pedagógico, ginásio poliesportivo, laboratórios de ensino focados nos eixos de formação aprovados nas audiências públicas, abrigo para máquinas, ampliação do estacionamento, instalações zootécnicas e agrícolas, dentre outros.

No ano de 2014, o *Campus* Rolante ofertou cursos de formação de trabalhadores em nove municípios da sua área de abrangência. Os cursos ofertados pelo *Campus* Rolante foram operacionalizados pelo PRONATEC. Em fevereiro de 2016, teve início a primeira turma de ensino regular do *Campus* Rolante, com o ingresso de 35 educandos no Curso Técnico em Administração subsequente ao ensino médio. Em agosto de 2016, iniciaram-se as primeiras turmas dos cursos técnicos em Agropecuária e Qualidade subsequentes ao ensino médio. Em fevereiro de 2017, iniciaram três turmas de ensino técnico integrado ao ensino médio, nas áreas de: agropecuária, informática e comércio, esta última na modalidade PROEJA. Em julho de 2017, iniciou a primeira turma do curso Superior de Tecnologia em Processos Gerencias, e em fevereiro de 2018 iniciou a primeira turma do curso técnico integrado ao ensino médio em administração.

O *Campus* Rolante iniciou suas atividades em duas sedes provisórias no Centro do município de Rolante. Uma no térreo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Calçado, localizado na Rua Alfredo Wüst, 645, onde se desenvolveram as atividades administrativas, e outra na Escola Municipal de Ensino Fundamental Oldenburgo, local em que ocorreram as aulas do Cursos Técnicos em Administração, Agropecuária e Qualidade, e dos Cursos FIC nas áreas de agropecuária, idiomas e gestão.

Em julho de 2017, a sede definitiva do *Campus* Rolante foi inaugurada. A área total compreende 57 hectares, e está localizada na RS 239, a 4 km do centro da cidade de Rolante. As instalações incluem uma biblioteca, oito salas de aula, dois laboratórios de informática, um laboratório agro técnico, uma sala coletiva para os professores, um mini auditório e demais salas para os setores administrativos e pedagógicos, totalizando uma área construída de aproximadamente 3 mil metros quadrados.

A implantação do *Campus* Rolante vem sendo estruturada para ser um centro de excelência em educação profissional, técnica e tecnológica a fim de formar profissionais com as competências e habilidades exigidas pelo mundo do trabalho.

**3. CARACTERIZAÇÃO DO *CAMPUS***

O *Campus* Rolante de forma geral e o Curso Técnico em Recursos Humanos especificamente pensam o ser humano como constituído histórico e culturalmente, e a sociedade como um espaço dialógico de produção e reprodução da realidade. Sendo assim, procura contribuir na construção de uma sociedade que se contrapõe a concepções de imobilidade, de naturalização das relações, em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFRS. Desta forma, a educação é aqui concebida como uma prática social que se orienta para a criação de relações comunitárias verdadeiramente igualitárias, onde a democracia nos remeta ao conceito amplo de cidadania e da formação de cidadãos plenos e autônomos.

Ainda em consonância com o PPI, o Curso Técnico em Recursos Humanos, é orientado pelos seguintes princípios: Integração e verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior; formação de profissionais para diversos setores da economia, especialmente visando ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; Compromisso com a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão; Integração com as comunidades locais por meio da participação em grupos, comitês e conselhos municipais e regionais; Compromisso com a oferta de formação inicial e continuada de trabalhadores em educação. Acredita-se que com a prática destes princípios o *Campus* Rolante e o Curso Técnico em Recursos Humanos contribuirão com o desenvolvimento sustentável, social e ambientalmente responsável da região onde está localizado.

A região onde se situa o município de Rolante (nome historicamente dado em referência à impetuosidade em época de cheias do rio que faz divisa com o atual município de Santo Antônio da Patrulha) é chamada comumente de Vale do Paranhana. Segundo o COREDE (Conselho Regional de Desenvolvimento), Rolante faz parte da região do Paranhana – Encosta da Serra, juntamente com os municípios de [Igrejinha](http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Igrejinha), [Lindolfo Collor](http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Lindolfo+Collor), [Morro Reuter](http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Morro+Reuter), [Parobé](http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Parob%E9), [Presidente Lucena](http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Presidente+Lucena), [Riozinho](http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Riozinho), [Santa Maria do Herval](http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Santa+Maria+do+Herval), [Taquara](http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Taquara) e [Três Coroas](http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Tr%EAs+Coroas) (COREDEPES, 2011). A população total dessa região (2013) é de 210.156 habitantes, numa área de 1.732 Km² e Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* (2012) de R$ 18.312 (IBGE, 2015a). Como estas cidades ficam em uma área geográfica não muito grande relativamente a outras do Rio Grande do Sul, esta região se caracteriza pela proximidade entre seus municípios (Figura 01). Isto, além de estarem numa localização geográfica privilegiada, pois estão centralizados entre a região metropolitana de Porto Alegre, o litoral norte do Rio Grande do Sul e a Serra gaúcha. Em termos específicos, o município de Rolante possui cerca de 10% da população total da região, ou seja, 19.994 habitantes (2013) e PIB *per capita* abaixo da média regional, R$ 15.596 (2013). Cabe ressaltar, que o *Campus* Rolante é a primeira iniciativa de educação pública federal pautada no desenvolvimento local dessa região (COREDEPES, 2011; ROLANTE).

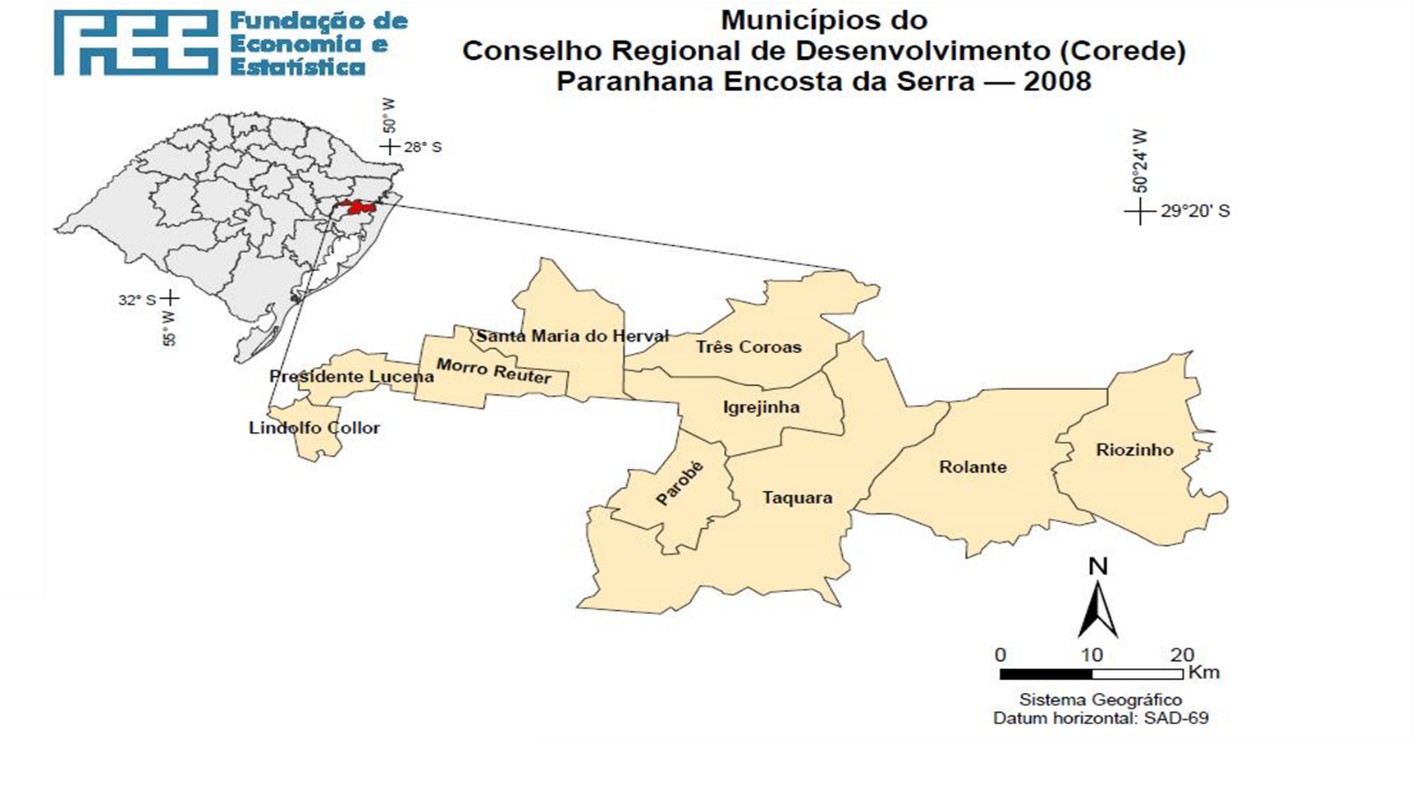


Figura 01: Mapa Geográfico e de Localização do Vale do Paranhana. Fonte: COREDEPES (2011)

Em termos históricos, a atual área onde se situa o município de Rolante foi rota de tropeiros que levavam gado do atual Rio Grande do Sul para São Paulo no início do século XVIII, sendo inclusive um local de pouso desses viajantes. As primeiras referências à colonização da região são de 1761, época em que foram concedidas terras aos açorianos. Porém, apenas no final do século XIX que começaram a chegar as primeiras famílias de teuto-brasileiros vindos de São Leopoldo que fundaram um povoado. Assim, em 1909 foi criado o distrito de Rolante vinculado ao atual município de Santo Antônio da Patrulha. Os primeiros imigrantes germânicos chegaram a Rolante no início da década de 1920. Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015b), no início da década de 1930, foi construída no município uma escola, feita com o auxílio da Igreja Católica juntamente com os agricultores locais. Após várias tentativas, a emancipação de Rolante data somente de 1955 (IBGE, 2015b; ROLANTE).

Conforme dados de 2012, em termos econômicos, o município de Rolante possuía um PIB de R$ 307.341.000 (IBGE, 2015a). O IBGE indica a existência em 2013 de 868 empresas atuantes no município, ainda assim, esse número está relativamente abaixo do apresentado por Igrejinha que com uma população de cerca de 30 mil habitantes possuía 1.842 empresas atuantes (2013). O salário médio mensal pago em Rolante é de 1,7 salários mínimos (2013) (IBGE, 2015a), infelizmente, um dos mais baixos do Rio Grande do Sul, denotando a pouca qualificação e valorização dos trabalhadores em geral.

Do valor do PIB municipal de Rolante, cerca de 60% referem-se ao setor de serviços, cerca de 30% ao setor industrial e cerca de 10% às atividades agropecuárias (IBGE, 2015a). Segundo o Plano Estratégico 2011-2020 do COREDEPES, a base agropecuária dos municípios da região, de onde adveio sua formação histórica, é complementada pela produção colonial de produtos cárneos e de panificação, sendo estes comercializados localmente (COREDEPES, 2011). Quando comparados os principais produtos primários produzidos no município de Rolante com o restante da região verifica-se que esta produção é bastante homogênea, conforme o quadro 01.

**Quadro 01** **-** Principais Produtos do Setor Primário

|  |  |
| --- | --- |
| **Municípios** | **Principais Produtos do Setor Primário** |
| Igrejinha | Fruticultura (uvas, goiabas e cítricos) e hortigranjeiros (Folhosas, milho, cenoura e chuchu) |
| Parobé | Fruticultura (melancia e melão), Hortigranjeiros (batata, mandioca, folhosas, feijão, milho) e Piscicultura |
| Riozinho | Fruticultura (uvas e cítricos), hortigranjeiros (folhosas, milho, beterraba, pepinos, feijão e cogumelos) |
| **Rolante** | **Fruticultura (uvas e cítricos), Hortigranjeiros (batata, mandioca, folhosas, feijão, milho) e Piscicultura** |
| Taquara | Fruticultura (uvas e cítricos), Hortigranjeiros (batata, mandioca, folhosas, feijão, milho) e Piscicultura |
| Três Coroas | Hortigranjeiros (batata, mandioca, folhosas, feijão, milho) |
| Lindolfo Collor | Fruticultura (cítricos), Hortigranjeiros (batata, mandioca, folhosas, milho), aves e carvão vegetal |
| Morro Reuter | Aves e ovos, acácia |
| Presidente Lucena | Fruticultura (cítricos), Hortigranjeiros (batata, mandioca, folhosas, feijão, milho, cana de açúcar) e aves |
| Santa Maria do Herval | Acácia, batatas, aves e leite |

Fonte: FEE

Referente ao setor industrial, o Quadro 02 demonstra uma baixa diversificação da produção industrial dos municípios da microrregião do Vale do Paranhana. Dessa forma, a geração de empregos na região está bastante atrelada às oscilações da indústria calçadista e moveleira. Se levarmos em consideração que a principal fonte de riqueza industrial do município de Rolante está assentada no setor coureiro-calçadista, verifica-se que o crescimento relativo de outras indústrias já existentes ajudaria o município a enfrentar possíveis oscilações do mercado deste setor. Essa conjuntura econômica fez com que a Coredepes, em seu Plano Estratégico 2011-2020, afirmasse que entre as principais fraquezas da região estariam: alta informalidade empresarial; falta de qualificação técnica da mão de obra; renda muito baixa; concentração industrial no setor calçadista; mercado local para produtos da agricultura familiar muito restrito.

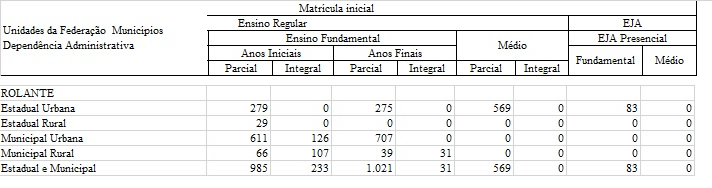
**Quadro 02 -** Principais Produtos do Setor Industrial

|  |  |
| --- | --- |
| **Municípios** | **Principais Produtos Industriais** |
| Igrejinha | Calçados e componentes, cervejas e móveis |
| Parobé | Calçados e componentes, móveis |
| Riozinho | Ferramentas agrícolas, calçados, esquadrias |
| **Rolante** | **Confecções, móveis, esquadrias, e calçados** |
| Taquara | Metalurgia, piscinas e móveis de fibra, esquadrias |
| Três Coroas | Calçados e componentes |
| Lindolfo Collor | Couros, calçados e componentes |
| Morro Reuter | Metalurgia, calçados, móveis e esquadrias |
| Presidente Lucena | Malhas, carnes e aves beneficiadas, artefatos de cimento |
| Santa Maria do Herval | Calçados, metalurgia, beneficiamento de batatas, esquadrias, artefatos de cimento |

Fonte: FEE

Em termos educacionais, o município de Rolante conta com três escolas estaduais, destas apenas uma de ensino médio, sem oferta de ensino técnico. Há ainda 11 escolas municipais que oferecem ensino fundamental completo. No município, há três escolas particulares, exclusivamente de ensino fundamental. A escola particular que ofertava ensino técnico subsequente ou concomitante no período noturno, com cursos de contabilidade, administração e normal encerrou suas atividades em 2015 (Quadro 03). Na região do Paranhana – Encosta da Serra há uma significativa carência de matrículas no ensino médio técnico ou profissionalizante. Segundo dados do censo escolar 2014, em toda a região, apenas em Taquara há matrículas públicas nessa modalidade de ensino. Assim, havia em Taquara 1.057 matrículas em ensino médio técnico integrado público. Isso, devido à existência de uma escola técnica estadual neste município (CIMOL) que oferece cursos profissionalizantes de eletrônica, eletrotécnica, móveis, mecânica, design de móveis, informática, química e meio ambiente (COREDEPES; CIMOL; ROLANTE).

**Quadro 03** - Censo escolar de Rolante no ano de 2017.

****

¹Incui os estudantes do Ensino Médio Integrado e Ensino Médio Normal / Magistério;

²Inclui os estudantes da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional.

Fonte: INEP, 2017.

Assim, o que se percebe nos dados do censo escolar de 2014 de Rolante, quadro 03, é a completa ausência de matrículas na educação profissional pública, cenário que se estende para a quase totalidade dos municípios da região. Além disso, há uma carência de matrículas no ensino médio como um todo, como exemplificado nos dados de Rolante, pois existe uma defasagem significativa entre o número total de matrículas nos anos finais do ensino fundamental (1.151) se comparada ao número de matrículas no ensino médio (610). Esse número de matrículas no ensino médio é ainda mais defasado se comparado ao número de jovens entre 15 e 19 anos que habitavam Rolante em 2010, segundo o Censo do IBGE (2015a), que era de 1.691 jovens. Essa realidade faz com que o Coredepes em seu Plano Estratégico 2011–2020 elenque entre as dificuldades para o desenvolvimento da região o “ensino técnico com poucas oportunidades” e uma de suas principais ameaças a “migração da população jovem, por falta de opções de educação profissional”. Com tudo isso, o *Campus* Rolante e seus cursos de formação técnica pública se tornam de fundamental importância tanto para o desenvolvimento econômico da região, com seus inúmeros desafios, quanto à carência de oferta de vagas em educação técnica.

As áreas do conhecimento a serem contempladas no *Campus* Rolante foram elencadas através de audiências públicas realizadas com a participação da Reitoria do IFRS, Prefeitura Municipal e demais segmentos ligados ao desenvolvimento regional, ficando definidas as seguintes: Informação e Comunicação, Gestão e Negócios e Recursos naturais.

**5. JUSTIFICATIVA**

O desenvolvimento de uma região, além de outros fatores, passa necessariamente pela elevação dos níveis de escolaridade de seus habitantes. Dessa forma, o cenário atual de avanços dos conhecimentos científicos e tecnológicos amplia a importância da educação formal da população, para assim, dinamizar a sua capacidade de intervenção proativa na sociedade e no mundo do trabalho. Entretanto, para que estas afirmações sejam observadas, o processo educativo precisa estar sintonizado com a realidade regional em que se inclui. A concretização desses objetivos com qualidade faz parte do projeto de expansão e interiorização das Instituições Federais de Educação. Partícipe desta política, o IFRS tem ampliado sua atuação em diferentes municípios do estado do Rio Grande do Sul, com a oferta de cursos em diversas áreas profissionais e do conhecimento, a partir da avaliação das demandas comunitárias por formação. Sendo assim o *Campus* Rolante do IFRS vem contribuindo decisivamente para o desenvolvimento social e econômico do Vale do Paranhana, sendo esta a primeira instituição federal de ensino nesta região.

Como já foi observado, o Vale do Paranhana enfrenta desafios sociais e econômicos importantes. Sendo um de seus principais, a necessidade da elevação dos níveis educacionais da região e, em particular, a ampliação da oferta de formação técnica. Segundo a Agenda 2020, uma iniciativa dos municípios da região, é imprescindível a criação de cursos técnicos e superiores de acordo com as vocações regionais. Observa-se que uma destas vocações está na existência de várias empresas familiares. Neste cenário, a qualificação e a especialização poderiam estimular o empreendedorismo e alavancar a geração de renda das famílias, contribuindo assim, para melhoria da conjuntura socioeconômica da região. Além do mais, cursos técnicos no eixo de gestão e negócios podem ser uma grande oportunidade de inserção também no mundo do trabalho em grandes empresas da região, que demandam profissionais capacitados.

A formação do Técnico em Recursos Humanos pode proporcionar, assim, uma visão global da realidade que o cerca, em seus aspectos sociais, políticos e econômicos, aliada a uma clara compreensão das dimensões técnicas, éticas e legal envolvida na gestão pública e privada.

A área profissional da Gestão, por sua própria natureza de atividade-meio, está presente em todas as atividades econômicas. Pode-se dizer, de forma genérica, que as atividades de gestão estão direcionadas a oferta de apoio administrativo e logístico a todas as cadeias produtivas, qualquer que seja o setor econômico no qual ela se desenvolva. Assim é possível identificar a necessidade de se planejar de forma organizada e sistemática, tanto o apoio às atividades agropecuárias e extrativas como às atividades industriais ou de comercialização e prestação de serviços. Essa característica faz com que os especialistas em Gestão possam ser encontrado em praticamente todas as organizações públicas ou privado, de todos os portes, e qualquer que seja o seu ramo de atividade.

De acordo com uma tendência mundial, a Região do Vale do Paranhana, nos últimos anos, tem apresentado uma carência significativa de técnicos na área de gestão, especificamente na área de Recursos Humanos.

Acompanhando palestras, cursos, seminários e pesquisas realizadas, constata-se que investimentos significativos têm sido realizados na formação e desenvolvimento das pessoas por parte das empresas. Nesse sentido, o papel do técnico em recursos humanos será preponderante, auxiliando no planejamento e executando ações que visem boas práticas de gestão das pessoas, organização de forma sistêmica e integrada a uma sociedade em constante transformação.

É preciso considerar a importância que o setor produtivo atribui à organização profissional. Assim o Curso Técnico em Recursos Humanos Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio, propõe-se a desenvolver atividades referentes às práticas profissionais o mais próximo possível da realidade. Ao mesmo tempo, oferece oportunidade para vivências concretas possíveis de serem percebidas pelo mundo do trabalho, viabilizando então o acesso e a oportunidade de emprego que valorizam a experiência profissional.

Visando responder às demandas por profissionais que atendam à necessidade desta realidade emergente no Estado e no mundo e contribuindo, substancialmente, para a qualidade dos serviços oferecidos nesta área em nossa região, o *Campus* Rolante do IFRS propõe-se a oferecer o Curso Técnico em Recursos Humanos, por entender que estará contribuindo para a elevação da qualidade dos serviços prestados à população nesta área da atividade econômica.

A oferta do Curso Técnico em Recursos Humanos Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio sustenta-se também no atendimento de demandas da comunidade do Vale do Paranhana região onde está localizado o *Campus*.

O curso deverá garantir as competências na formação, portanto, estando orientado por princípios éticos, políticos e pedagógicos, buscando articular tecnologia e humanismo, tendo a prática profissional como eixo principal do currículo da formação técnica.

O espaço da formação, composto por espaços didáticos e relação com empresas, possibilitará, aos técnicos, experiências de aprendizagem que integram a teoria e a prática profissional. Dessa forma, os estudantes poderão vivenciar o trabalho coletivo, solidário e interativo, contribuindo para a qualificação individual e a valorização do trabalho em equipe.

1. **PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO**

**6.1 Objetivo Geral**

A área profissional de Recursos Humanos compreende atividade de planejamento empresarial que envolve o dimensionamento das equipes de trabalho, a definição das competências requeridas pelo negócio, assim como o alinhamento da gestão de pessoas aos objetivos organizacionais. A área abrange atividades de atração, desenvolvimento, avaliação, remuneração e manutenção das equipes, cujo foco é manter na empresa colaboradores qualificados e motivados para as suas atividades e obtendo os melhores resultados. Envolve, ainda, o acompanhamento e a garantia do cumprimento e aplicação das leis trabalhistas.

O Curso Técnico em Recursos Humanos tem como objetivo geral formar profissionais com conhecimentos de base científica, técnica e humanista, com capacidades empreendedoras e de análise crítica sobre os diferentes contextos em que as organizações atuam, capazes de desempenhar com qualidade, responsabilidade e sustentabilidade os principais processos e atividades de Recursos Humanos.

**6.2 Objetivos Específicos**

* Formar profissionais na área de gestão de pessoas para atuarem em empresas nos diferentes setores da economia local e regional, possibilitando a melhoria do desempenho por meio das pessoas e equipes;
* Desenvolver projetos de pesquisa aplicada e extensão, visando aproximar a Instituição da sociedade, como parte do processo de ensino-aprendizagem;
* Valorizar a formação profissional junto aos setores de gestão de pessoas das organizações, por meio formação de Técnicos em Recursos Humanos conscientes do papel do conhecimento no processo de desenvolvimento local e regional.

**6.3 Perfil do curso**

O Curso Técnico em Recursos Humanos oferece uma formação profissional ampla, que possibilita atender a demanda significativa de profissionais na Região do Vale do Paranhana, valorizando assim, a geração de trabalho e renda, de forma a responder às necessidades sociais e culturais de toda essa Região.

Nesse sentido, o Curso Técnico em Recursos Humanos na modalidade Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio propõe-se a formar profissionais qualificados para o mundo do trabalho, por meio de uma visão multidisciplinar e atualizada das questões referentes ao contexto socioeconômico, focando na formação que lhe permita atuar em qualquer espaço, por uma atuação autônoma ou em organizações privadas, públicas ou não governamentais. Esses profissionais, além de manterem contato com conteúdo das disciplinas integrantes da estrutura curricular, irão construir o próprio conhecimento em trabalhos práticos, visitas e intervenções em instituições diversas, empresas e pela participação em projetos de pesquisa básica e aplicada.

O curso Técnico em Recursos Humanos está organizado em regime semestral, com a distribuição dos componentes curriculares em dois núcleos, de formação geral e de formação profissional. Apresenta carga horária total de 811 horas, distribuídas em três semestres, constituídos por:

* Formação Diversificada: composta a partir dos componentes curriculares que proporcionam ao estudante os fundamentos científicos e éticos dos conhecimentos relacionados ao mundo do trabalho e da sociedade;
* Formação Técnica: composta por componentes curriculares de caráter técnico e tecnológico, que proporcionam ao estudante os fundamentos da tecnologia e dos conhecimentos técnicos necessários para exercer a profissão de Técnico em Recursos Humanos;
* Trabalho de Conclusão de Curso: representa um instrumento para o aprimoramento da formação profissional do futuro Técnico em Recursos Humanos e de seu aperfeiçoamento pessoal.

**6.4.** **Perfil do Egresso**

O perfil de um Técnico em Recursos Humanos requer espírito de liderança, visão global da sociedade, cultura geral, facilidade de trabalho em equipe e sólida formação técnica. Conforme o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, o Técnico em Recursos Humanos deve ter o seguinte perfil profissional de conclusão:

1. Organiza rotina diária da gestão de pessoas;
2. Elabora documentos administrativos;
3. Confere frequência, benefícios concedidos, afastamentos, férias e transferência de funcionários;
4. Presta informações sobre direitos trabalhistas;
5. Planeja e executa atividades de capacitação e desenvolvimento de pessoas.

**6.5 Diretrizes e Atos Oficiais**

**Leis**

- Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (atualizada);

- Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação, a Consolidação das leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral;

- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3 o do art. 98 da Lei n o 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências;

- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;

- Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica;

- Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 10 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;

- Lei nº 10.845, de 05 de março de 2004. Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências.

- Lei nº 10.639, de de 10 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências;

- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências;

- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;

**Decretos**

- Decreto nº 6.986, de 20 de outubro de 2009. Regulamenta os arts. 11, 12 e 13 da Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para disciplinar o processo de escolha de dirigentes no âmbito destes Institutos.

- Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014. Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

- Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000;

- Decreto nº. 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis no 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

- Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional e dá outras providências;

- Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

**Diretrizes**

- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Conforme Lei nº 9.394/96, com redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e pela Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004.

**Resoluções**

- Resolução CNE/CEB nº 01, de 05 de dezembro de 2014. Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012;

- Resolução nº 44, de 27 de maio de 2014. Altera o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 ago. 2014;

- Resolução CNE/CEB nº 06, de 21 de outubro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio; - Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental;

- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos; - Resolução CNE/CES n.º 3, de 2 de julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências;

- Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004, que dispões sobre a Educação das Relações Étnico-raciais e História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

**Outros**

- Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos;

- REGIMENTO GERAL DO IFRS, Aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme resolução no 064 de 23 de junho de 2010. Alterado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme resolução nº 80 de 22 de outubro de 2013;

- Instrução Normativa PROEN 002/2016 - de 09 de junho de 2016 - Regulamenta procedimentos para a formatação, submissão, extinção de Projetos Pedagógicos de Cursos no âmbito do IFRS e seus respectivos fluxos;

- ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA DO IFRS - Aprovada pelo Conselho Superior, conforme Resolução nº 046, de 08.05.2015. Alterada pelas Resoluções nº 071, de 25 de outubro de 2016 e nº 086, de 17 de outubro de 2017.

**6.6 Formas de Ingresso**

Poderão ingressar no curso, na forma subsequente, estudantes que já concluíram o ensino médio ou equivalente observado os critérios definidos em edital próprio e/ou através da nota obtida no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). Também poderão ingressar estudantes que deverão estar matriculados e cursando o ensino médio (concomitante), independente de formação específica. Conforme artigo 75 da Organização Didática do IFRS, as formas de acesso aos cursos do IFRS, em seus diferentes níveis e modalidades, serão regradas em conformidade com:

1. A Lei nº 12.711, de 29/08/2012;
2. Decreto nº 7.824, de 11/10/2012;
3. Portaria Normativa nº 18 de 11/10/2012, do MEC;
4. Política de Ingresso de Discente;
5. Política de Ingresso Discente do IFRS;
6. Edital de Processo de Ingresso Discente Unificado.

São disponibilizadas 35 vagas anuais para o curso Técnico em Recursos Humanos Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio no *Campus* Rolante, e o ingresso se dá por meio de processo seletivo unificado, cujos requisitos são amplamente divulgados em edital específico, de acordo com a legislação supracitada. A classificação para o ingresso se dá por meio da nota obtida no processo seletivo.

Quando o número de candidatos classificados não preencher as vagas fixadas pela Instituição e constantes do Edital do Processo Seletivo, poderá ser aberto novo processo, desde que haja prévia autorização dos Órgãos Competentes. O Edital do Processo Seletivo definirá a forma de classificação dos candidatos no caso da ocorrência de empate

Cabe destacar que o Edital de Processo de Ingresso Discente Unificado é amplamente divulgado através de ações promovidas pela Coordenação de Desenvolvimento Institucional e pela Comissão Permanente de Processo de Ingresso Discente (CPPID).

**6.7 Princípios Filosóficos e Pedagógicos do Curso**

Os princípios filosóficos e pedagógicos que norteiam o curso de Técnico em Recursos Humanos estão fundamentados na Legislação Nacional e nos documentos oficiais que embasam a política educacional do IFRS, tais como o Projeto Político Institucional (PPI), o Plano de Desenvolvimento Institucional - 2019-2023 (PDI) e a Organização Didática (OD).

Os princípios pedagógicos do IFRS permitem pensar os projetos pedagógicos de forma flexível, com uma ampla rede de significações, e não apenas como um lugar de transmissão do saber, vislumbrando, assim, a oferta de uma educação que possibilite a aprendizagem de valores e de atitudes necessários à um projeto de sociedade democrática e solidária.

Também significa atender ao que prevê o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que refere que os cursos devam permitir ao jovem a compreensão dos fundamentos técnicos, sociais, culturais, artísticos, esportivos, políticos e ambientais do sistema produtivo.

Portanto, tais propósitos se consolidam por meio de temas como, as questões ambientais, as questões de gênero e etnia, tendo a geração de conhecimentos a partir da prática interativa com a realidade de seu meio, bem como extração e problematização do conhecido e a investigação do não conhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu *locus* e dos seus entornos.

Para tais desafios torna-se necessário o desenvolvimento de propostas de ações pedagógicas que se efetivem de forma dinâmica e participativa como: seminários temáticos; fóruns de debate; projetos de extensão; palestras; visitas técnicas, entre outros.

No Curso Técnico em Recursos Humanos será desenvolvido um trabalho como um princípio educativo que, de acordo com a Organização Didática do IFRS, associa-se à prática profissional. Este se constitui como um procedimento didático pedagógico que articula os saberes apreendidos nas atividades educativas formais, específicas de cada área de formação e dos diferentes níveis de ensino, com os saberes do mundo do trabalho, de modo que promova o aperfeiçoamento técnico, científico, tecnológico, cultural dos estudantes.

Pautado nesses princípios e nos objetivos da instituição e na compreensão da educação como uma prática social transformadora, as quais se materializam na função social do IFRS que se compromete a promover formação humana integral por meio de uma proposta de educação profissional e tecnológica que articule ciência, trabalho, tecnologia e cultura, visando à formação do profissional-cidadão crítico-reflexivo, competente técnico e eticamente comprometido com as transformações da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça social.

Tendo em vista uma proposta de formação profissional relacionada à construção do conhecimento e objetivando alcançar uma formação integral pretende-se destacar em seus aspectos pedagógicos ao longo do processo de formação do curso ações imprescindíveis e relacionadas com aspectos abordados no Projeto Político Institucional (PPI), Plano de Desenvolvimento Institucional - 2019-2023 (PDI) e na Organização Didática (OD), como:

1. No investimento à participação, na construção da autonomia, na ampliação da cidadania, na garantia dos princípios democráticos, na justiça social e no compromisso político cidadão com a preservação ambiental;
2. na responsabilidade social;
3. no compromisso com o uso e desenvolvimento da tecnologia em prol de ações voltadas para o bem comum;
4. no respeito aos valores éticos, estéticos e políticos;
5. na articulação com as empresas, com a família e com a sociedade;
6. na flexibilidade curricular, na interdisciplinaridade e na contextualização do processo de ensino-aprendizagem;
7. na garantia da qualidade dos programas de ensino, pesquisa e extensão;
8. no ensino verticalizado, tendo as dimensões da pesquisa e da extensão como atividades indissociáveis e instituintes da formação acadêmico-profissional-cidadã com a educação integrada em todos os seus níveis, tipos e modalidades, objetivando a promoção do conhecimento científico e da inovação tecnológica, pertinentes aos desafios postos à sociedade contemporânea e à formação para o trabalho, numa concepção emancipatória, tendo em vista a sua função social, descrita no Estatuto Institucional;
9. na importância da formação profissional, do atendimento às camadas sociais que necessitam cada vez mais de oportunidades para poderem se inserir no Mundo do Trabalho, ações essas que não podem prescindir do vínculo inequívoco entre ensino, pesquisa e extensão.

As concepções pedagógicas do Curso Técnico em Recursos Humanos, como já exposto, pressupõe a construção do conhecimento por meio da articulação dos componentes curriculares e de atividades interdisciplinares tendo com o propósito a transdisciplinaridade, em temas relevantes à construção da cidadania, partindo da compreensão da educação tecnológica ou profissional não como apenas “instrumentalizadora” de indivíduos para o trabalho determinado por um mercado que impõe os seus objetivos, mas também numa ampliação da perspectiva desses indivíduos acerca do mundo do trabalho.

Existe uma busca constante pelo desenvolvimento de profissionais preparados para o mundo do trabalho, mas com valores éticos, conectados às tecnologias sustentáveis e ao empreendedorismo, principalmente relacionado às especificidades regionais. Como forma de buscar a formação mencionada, a escola estimula as ações de ensino, pesquisa e extensão; trabalha a aplicação dos saberes; estimula estudantes e professores à reflexão sobre o seu papel na sociedade e sua constituição como um agente de transformação da realidade local e regional.

É importante ressaltar que o projeto de curso e sua metodologia de ensino-aprendizagem serão continuamente repensados e aprimorados a partir da avaliação institucional e do curso, realizada pelo Colegiado de Curso e pelo Conselho de Classe por meio de reuniões com os professores e estudantes, visando sempre, o envolvimento de todos os agentes nos planejamentos, nas execuções e nas avaliações dos eventos propostos.

**6.8. Representação Gráfica do Perfil de Formação**

**Quadro 04 –** Componentes curriculares do primeiro ao terceiro semestre

|  |  |
| --- | --- |
| ***Semestre*** | ***Componentes*** |
| 1 | Fundamentos da Administração |
| Português e Produção Textual |
| Organização, Sistemas e Métodos |
| Informática Aplicada |
| 2 | Práticas e Processos de Recursos Humanos |
| Legislação Social e Trabalhista |
| Higiene, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho |
| Noções de Economia e Mercado de Trabalho |
| Globalização e Mundo do Trabalho |
| 3 | Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional |
| Recursos Humanos no Setor Público |
| Ética e Relações Humanas no Trabalho |
| Metodologia Científica |
| Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) |
|  | . Fonte: elaboração própria. |

**6.9 Organização Curricular**

A organização curricular do Curso Técnico em Recursos Humanos, na modalidade Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio, pauta-se nas determinações legais do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação e na observação dos arranjos produtivos locais, buscando-se contribuir para o desenvolvimento socioeconômico sustentável da região.

A matriz curricular do curso está organizada em dois núcleos, de formação geral e de formação profissional, demonstrado no quadro abaixo:

**Quadro 05 –** Matriz Curricular do primeiro ao terceiro semestre

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Semestre** | **Núcleo** | **Componente Curricular** |
| Primeiro | Núcleo Profissional | Fundamentos da Administração |
| Organização, Sistema e Métodos |
| Informática Aplicada |
| Núcleo de Formação Geral | Português e Produção Textual |
| Segundo | Núcleo de Formação Geral | Globalização e Mundo do Trabalho |
| Núcleo Profissional | Práticas e Processos de Recursos Humanos |
| Legislação Social e Trabalhista |
| Higiene, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho |
| Noções de Economia e Mercado de Trabalho |
| Terceiro | Núcleo Profissional | Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional |
| Recursos Humanos no Setor Público |
| Ética e Relações Humanas no Trabalho |
| Metodologia Científica |
| Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) |

Fonte: elaboração própria.

O currículo oportuniza aos estudantes não somente a aquisição das competências previstas no perfil profissional, mas também o desenvolvimento de valores éticos, morais, culturais, sociais, políticos e ecológicos. Objetiva ainda qualificar os discentes para a atuação profissional nas diversas áreas administrativas, contribuindo para o desenvolvimento pessoal, social, científico e econômico.

A iniciativa e a autonomia na busca de soluções devem ser estimuladas através de aplicação de diferentes procedimentos didáticos pedagógicos, como atividades teóricas, demonstrativas e práticas contextualizadas, bem como projetos voltados para o desenvolvimento da capacidade de solução de problemas. O processo de ensino-aprendizagem deverá ocorrer no uso de laboratórios de ensino-aprendizagem, em viagens técnicas, assim como em sala de aula. Dessa forma, os estudantes terão acesso a laboratórios, práticas de campo, biblioteca e visitas técnicas.

O Plano do Curso acompanha a proposta pedagógica da instituição, que se fundamenta no princípio de que educar significa constituir-se enquanto sujeito, sendo capaz de desenvolver atitudes responsáveis na busca de alternativas criativas para a resolução de problemas, o respeito às diferenças e a participação na evolução técnica-científica da humanidade.

A prática pedagógica adotada pela instituição busca a mobilização do estudante para a construção e expressão do conhecimento através de interações do sujeito com o objeto de estudo, apresentação de situações-problema e oferta de ambiente adequado com garantia de respeito e confiança.

**6.9.1 Temas Transversais**

Os Temas Transversais expressam conceitos e valores básicos à democracia e à cidadania e obedecem a questões importantes e urgentes para a sociedade contemporânea. A abordagem dos mesmos visa contribuir com a formação integral e humanística dos estudantes, para que possam configurar-se como sujeitos capazes de interagir e intervir na realidade em que vivem. O papel da escola ao trabalhar os Temas Transversais é facilitar, fomentar e integrar as ações de modo contextualizado, através da interdisciplinaridade e transversalidade, buscando não fragmentar em blocos rígidos os conhecimentos, para que a Educação realmente se constitua como meio de transformação social. Desta forma, os Temas Transversais elencados a seguir serão abordados em diversas ações e nos componentes curriculares de diferentes áreas do conhecimento. Para trabalhar os temas transversais de forma efetiva, o *Campus* Rolante criou o projeto de ensino “Estratégias e Intervenções Pedagógicas: Uma proposta de trabalho com temas transversais no curso Técnico em Recursos Humanos.” Por esse projeto pretende-se abordar todos os temas transversais de forma interdisciplinar.

**6.9.1.1 Educação Ambiental**

O tema Educação Ambiental, de acordo com o que prevê a Resolução CNE/CP nº 02/2012, constitui componente essencial das práticas educativas. A preocupação com o desenvolvimento sustentável deverá permear todas as etapas de formação dos estudantes do Curso Técnico em Recursos Humanos. Embora o perfil profissional dos egressos não esteja focado diretamente no uso de recursos ambientais, a sua atuação como futuros gestores de empreendimentos nos mais diversos ramos da economia, deverá ser pautada pelo respeito e preservação do meio ambiente. Os conteúdos e conceitos como preservação ambiental, desenvolvimento sustentável, conscientização ecológica, serão abordados através de ações transversais, como seminários integradores, fóruns de debates, reuniões pedagógicas, projetos de extensão, ensino, pesquisa e ações de conscientização ambiental. Os docentes serão instigados pela equipe pedagógica do *Campus* Rolante a focar nos seus planos de ensino aspectos relacionados à educação ambiental.

**6.9.1.2 Educação em Direitos Humanos**

Educação em Direitos humanos são conteúdos integrantes do componente curricular ‘Ética e Relações Humanas no Trabalho’, no terceiro semestre. Além disso, conforme é indicado pela Resolução CNE/CP nº 1 de 30 de maio de 2012 e pela Resolução CNE/CP nº 02/2012, os mesmos serão abordados através de ações transversais como projetos integradores, fóruns de debates, palestras com especialistas na área, reuniões pedagógicas e projetos de extensão.

**6.9.1.3 Educação para a Inclusão, Diversidade Cultural e Inovação**

Em consonância com a legislação vigente, relacionadas ao ensino em perspectiva inclusiva, cabe às instituições assegurar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação igualdade de condições para a aprendizagem através de adaptações curriculares, a fim de favorecer o desenvolvimento do aluno de forma que suas necessidades possam ser atendidas. Além disso, as ações transversais priorizaram também a inclusão no âmbito da diversidade cultural, buscando contemplar atividades pedagógicas, artísticas e culturais, sob olhar focado na diversidade cultural do povo brasileiro. Nesse sentido, poderá ser necessário realizar adequações pedagógicas e de acessibilidade, adaptando currículos, métodos, técnicas, recursos educativos, avaliações, bem como os Projetos Pedagógicos dos Cursos ou os Planos de Ensino dos Professores. Para tanto, a criação de estratégias que reforcem as potencialidades dos educandos e não suas limitações será uma prioridade, visando também a integração com as culturas locais voltadas para a inovação na educação. Para isso, é imprescindível que a instituição atue a partir de concepções que reconheçam e valorizem as diferenças.

**6.9.1.4 História e Cultura Afro-brasileira e Indígena**

Visando atender a lei 11.645/08, que torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena e atender as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, tais temáticas serão trabalhadas de forma transversal aos componentes curriculares do curso. Por tratar-se de curso técnico, o método considerado mais adequado para trabalhar a temática foi por projeto de ensino. O foco do projeto estará em ações voltadas para a promoção da cultura de paz e valorização pluralidade cultural (tema indicado PCN- Temas Transversais) brasileira e suas potencialidades.

Para qualificar esse atendimento, o Instituto Federal - *Campus* Rolante, conta com o Núcleo de Ações Afirmativas, órgão responsável pela coordenação das atividades ligadas à inclusão, conforme já institucionalizado em outros Campi do IFRS.

**6.9.2 Matriz Curricular**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Semestre** | **Componente Curricular** | **Horas Relógio** | **Horas aula** | **Aulas na semana** |
| **1º** | Fundamentos da Administração | 66 | 80 | 4 |
| Português e Produção Textual | 66 | 80 | 4 |
| Organização, Sistemas e Métodos | 66 | 80 | 4 |
| Informática Aplicada | 66 | 80 | 4 |
| **Total do Semestre** | **264** | **320** | **16** |
| 2º | Práticas e Processos de Recursos Humanos | 100 | 120 | 6 |
| Legislação Social e Trabalhista | 66 | 80 | 4 |
| Higiene, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho | 33 | 40 | 2 |
| Noções de Economia e Mercado de Trabalho | 33 | 40 | 2 |
| Globalização e Mundo do Trabalho | 33 | 40 | 2 |
| **Total do Semestre** | **265** | **320** | **16** |
| 3º | Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional | 100 | 120 | 6 |
| Recursos Humanos no Setor Público | 33 | 40 | 2 |
| Ética e Relações Humanas no Trabalho | 33 | 40 | 2 |
| Metodologia Científica | 33 | 40 | 2 |
| Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) | 83 | 100 | 5 |
| **Total do Semestre** | **282** | **340** | **17** |
| - | **Carga Horária total do curso** | **811** | **980** | **-** |

**6.9.3 Programas por Componentes Curriculares**

**Primeiro Semestre**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Componente Curricular: Fundamentos da Administração** | | |
| Horas aula: 80 | CH relógio: 66 horas | Aulas na semana: 4 |
| Objetivo: Desenvolver o conhecimento sobre a Ciência da Administração, baseado na evolução do pensamento administrativo. | | |
| Ementa: Introdução à Administração e às Organizações. Evolução do pensamento administrativo. Escolas da administração. Ambiente organizacional. Processos da Administração: Planejamento, Organização, Direção e Controle. Áreas/funções administrativas: Marketing, Produção, Recursos Humanos e Finanças. Eficiência e Eficácia. Novas tendências de gestão. Desenvolvimento sustentável. | | |
| **Bibliografia Básica:**  CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração.** 9. ed. Barueri, SP: Manole, 2014. 654 p. ISBN 9788520436691.  OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Teoria geral da administração:** uma abordagem prática. 3.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012. 430 p. ISBN 9788522473762.  SOBRAL, Filipe; PECI, Alketa. **Administração:** teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2014. 611 p. ISBN 9788576050995. | | |
| **Bibliografia Complementar:**  JONES, Gareth R. **Teoria das organizações.** 6. ed. -. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010. ISBN 9788576055600.  MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Fundamentos da administração:** introdução à teoria geral e aos processos da administração. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, c2015. 287 p. ISBN 9788521626497.  MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. **Teoria geral da administração.** 3.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 428 p. ISBN 9788522103812.  OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Introdução à administração:** edição compacta. São Paulo, SP: Atlas, 2009. 173 p. ISBN 9788522454990.  VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; KNOPP, Hygino Lima; SIMÕES, Janaina Machado; DARBILLY, Leonardo Vasconcelos Cavalier. **Teoria geral da administração.** Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2012. 198 p. (Coleção FGV Universitária). ISBN 9788522509584. | | |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| |  |  |  | | --- | --- | --- | | **Componente Curricular: Português e Produção Textual** | | | | Horas aula: 80 | CH relógio: 66 | Aulas na semana: 4 | |
| Objetivo: Aperfeiçoar os conhecimentos e as habilidades de leitura e produção de textos orais e escritos. |
| Ementa:Fundamentos da Comunicação (oralidade e escrita, variação linguística, níveis de linguagem, funções da linguagem); Cena de produção de texto (texto, discurso); Conceito de texto (gêneros e tipos textuais); Tipos e gêneros textuais predominantes no ambiente profissional: Comunicação na empresa e padronização de textos empresariais (técnicas de elaboração de textos no ambiente profissional, uso de pronomes de tratamento, tempos verbais, uso de linguagem formal ou informal, eficácia na redação empresarial, estilo. Edição de textos e apresentações com auxílio de ferramentas computacionais. |
| **Bibliografia Básica:**  GOLD, Miriam. **Redação empresarial.** 4. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2010.  MEDEIROS, João Bosco. **Redação empresarial.** 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. xiv, 251 p. ISBN 9788522458943.  FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto:** leitura e redação. 5.ed. São Paulo: Ática, 2006. ISBN 9788508105946. |
| **Bibliografia Complementar:**  CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo.** 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014. xxxvii, 762 p. ISBN 9788586368912.  FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. **Oficina de texto.** 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 327 p. ISBN 9788532628107.  GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. **Técnica de redação:** o que é preciso saber para bem escrever. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012. 150 p. (Ferramentas). ISBN 9788580630527  GUIMARÃES, Thelma de Carvalho. **Comunicação e linguagem.** São Paulo: Pearson, 2012. 258 p. ISBN 9788564574397  HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 2009. lix, 1986 p. ISBN 9788573029635 (enc.) |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Componente Curricular: Organização, Sistemas e Métodos** | | |
| Horas aula: 80 | CH relógio: 66 horas | Aulas na semana: 4 |
| Objetivo: Desenvolver o conhecimento sobre as principais técnicas e ferramentas de Organização, Sistemas e Métodos, com o intuito de capacitar o estudante para analisar e agir em melhorias de fluxos e processos organizacionais. | | |
| Ementa: Estrutura organizacional. Análise de organização. Amplitude de controle e níveis hierárquicos. Departamentalização. Organograma. Delegação, centralização e descentralização. Manuais administrativos. Formulários. Racionalização do trabalho. Arranjo físico. Sistemas administrativos. Gestão de processos e projetos. Fluxo de informação. Fluxograma. Sistemas de Informações Gerenciais. SIRH. | | |
| **Bibliografia Básica:**  BALLESTERO-ALVAREZ, María Esmeralda. **Manual de organização, sistemas e métodos** abordagem teórica e prática da engenharia da informação. 6. São Paulo Atlas 2015 1 recurso online ISBN 9788522493265.  CRUZ, Tadeu José Costa Santos. **Sistemas, organização e métodos** estudo integrado orientado a processos de negócio sobre organizações e tecnologias da informação. 4. São Paulo: Atlas, 2013. ISBN 9788522478347.  OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, organização e métodos:** uma abordagem gerencial. 21. São Paulo: Atlas, 2013. ISBN 9788522482115. | | |
| **Bibliografia Complementar:**  ACADEMIA PEARSON. **OSM**: uma visão contemporânea. São Paulo: Pearson, 2011. ISBN 9788576055778.  ARAUJO, Luis César G. de. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.  CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação a sistemas, organização e métodos, SO&M**. São Paulo Manole 2015 1 recurso online ISBN 9788520442838.  CRUZ, Tadeu. **Sistemas, métodos e processos:** administrando organizações por meio de processos de negócios. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 355 p. ISBN 9788522493630.  HALL, Richard H. **Organizações** estruturas, processos e resultados. 8.ed. -. São Paulo: Prentice Hall, 2004. ISBN 9788587918765. | | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Componente Curricular: Informática Aplicada** | | |
| Horas aula: 80 | CH relógio: 66 horas | Aulas na semana: 4 |
| Objetivo: Destacar a importância da informática para o desenvolvimento pessoal e profissional do técnico em recursos humanos, com ênfase no aumento de produtividade em suas tarefas por meio do manejo de ferramentas de hardware e software específicas. | | |
| Ementa: Histórico da computação e usos do computador pessoal. Noções de sistemas operacionais e de redes de computadores. Aplicativos de escritório: editor de texto, planilha eletrônica e apresentações. Pesquisas na Internet. Aplicações da informática para recursos humanos. | | |
| **Bibliografia Básica:**  BARRIVIERA, R.; OLIVEIRA, E. D. de. **Introdução à Informática**. Curitiba: Livro Técnico. 2012.CAPRON, H. L.; Johnson, J. A. **Introdução à Informática**. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2004.  MARÇULA, M.; BENINI FILHO, P. A. **Informática**: conceitos e aplicações. 4. ed. São Paulo: Érica. 2013. | | |
| **Bibliografia Complementar:**  ALVES, William Pereira. **Informática fundamental:** introdução ao processamento de dados. 1. ed. São Paulo: Érica, 2010. 222 p. ISBN 9788536502724.  ANUNCIAÇÃO, Heverton. **Linux Total e software livre.** Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007. 1266 p. ISBN 9788573935998.  FRYE, Curtis; SILVA, Aldir José Coelho Corrêa da (Trad.). **Microsoft excel 2016:** passo a passo. Porto Alegre, RS: Bookman, 2016. 506 p. ISBN 9788582603956.  LAMBERT, Joan. **Windows 10:** passo a passo. Porto Alegre, RS: Bookman, 2016. 592 p. ISBN 9788582604137.  VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática:** conceitos básicos. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, *Campus*, c2014. xiii, 392 p. ISBN 9788535277906. | | |

**SEGUNDO SEMESTRE**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Componente Curricular: Práticas e Processos de Recursos Humanos** | | |
| Horas aula: 120 | CH relógio: 100 horas | Aulas na semana: 6 |
| Objetivo: Desenvolver o conhecimento técnico sobre as principais práticas e processos de Recursos Humanos. | | |
| Ementa: Introdução à Gestão de Pessoas & Evolução Histórica. Planejamento Estratégico de Recursos Humanos. Gestão por Competências. Análise e Descrição de Cargos. Recrutamento e Seleção. Treinamento e Desenvolvimento. Monitoramento e Avaliação de Desempenho. Carreira, remuneração e benefícios. Desligamentos e movimentações de pessoas. Banco de dados e indicadores de Gestão de Pessoas. | | |
| **Bibliografia Básica:**  BOHLANDER, George W. **Administração de recursos humanos.** 3. São Paulo: Cengage Learning, 2015. ISBN 9788522122691.  DESSLER, Gary. **Administração de recursos humanos.** 3.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2015. ISBN 9788543000275.  FRANÇA, Ana Cristina Limongi. **Práticas de Recursos Humanos – PRH** conceitos, ferramentas e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2012. ISBN 9788522478507. | | |
| **Bibliografia Complementar:**  BOOG, Gustavo Gruneberg; BOOG, Magdalena (Coord.). **Manual de treinamento e desenvolvimento:** processos e operações. 6.ed. São Paulo, SP: Pearson, 2013. 488 p. ISBN 9788581437682.  CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos:** o capital humano das organizações. 10. ed. rev. atual. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, c2015. 515 p. ISBN 9788535284317.  DUTRA, Joel Souza. **Competências:** conceitos e instrumentos e experiências. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 343 p. ISBN 9788597009491.  MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos:** do operacional ao estratégico. 15. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 352 p. ISBN 9788547201074.  MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Recursos humanos:** estratégia e gestão de pessoas na sociedade global. Rio de Janeiro: LTC, 2014. ISBN 978-85-216-2593-3. | | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Componente Curricular: Legislação Social e Trabalhista** | | |
| Horas aula: 80 | CH relógio: 66 horas | Aulas na semana: 4 |
| Objetivo: Desenvolver o conhecimento sobre noções básicas do Direito Trabalho para compreensão dos fundamentos da Legislação Social e Trabalhista. | | |
| Ementa: História geral da legislação social e trabalhista. Princípios constitucionais do Direito do Trabalho. Estrutura da justiça do trabalho. Direito coletivo do trabalho. Relações trabalhistas. Contrato de trabalho. Remuneração. Adicionais. Jornada de trabalho, intervalos e compensação de horas. Férias e outros afastamentos. Jornada extraordinária. Suspensão e interrupção de contrato. Aviso prévio. Justa causa. Proteção do trabalho do menor, da mulher e do trabalhador rural. Terceirização de serviço. Justiça trabalhista. Acordos coletivos. Sindicatos. Greve. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Aposentadoria. | | |
| **Bibliografia Básica:**  MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 34º ed. Saraiva, 2018.  OLIVEIRA, Aristeu. **Manual de prática trabalhista**. São Paulo. São Paulo. Atlas, 2010.  RESENDE, Ricardo. **Direito do Trabalho**. 7º ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. | | |
| **Bibliografia Complementar:**  CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do trabalho.** 15. Rio de Janeiro: Método, 2018. ISBN 9788530978990.  **CLT. Consolidação das leis do trabalho – CLT e normas correlatas.** – Decreto-Lei nº 5.442, de 01.mai.1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/Decreto-Lei/Del5452compilado.htm. Acesso em: 07.maio.2019.  MANUS, Pedro Paulo Teixeira. **Direito do trabalho.** 16. São Paulo: Atlas, 2015. ISBN 9788597000122.  NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao processo do trabalho.** 6. São Paulo: Saraiva, 2010. ISBN 9788502113732.  OLIVEIRA, Aristeu de. **Cálculos trabalhista.** 29. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. ISBN 9788597013740 | | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Componente Curricular: Higiene, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho** | | |
| Horas aula: 40 | CH relógio: 33 horas | Aulas na semana: 2 |
| Objetivo: Desenvolver o conhecimento sobre os riscos pertinentes ao ambiente de trabalho, buscando a prevenção e a promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho. | | |
| Ementa: Higiene do trabalho. Noções de ergonomia. Saúde ocupacional. Riscos e acidentes no trabalho. Normas regulamentadoras do trabalho. Gestão de segurança e medicina no trabalho. Bem-estar do colaborador. Qualidade de vida no trabalho. Assédio moral, sexual e preconceito étnico-racial em ambiente de trabalho. | | |
| **Bibliografia Básica:**  AYRES, Dennis de Oliveira; CORRÊA, José Aldo Peixoto. **Manual de prevenção de acidentes do trabalho.** 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011. ISBN 9788522462681.  DESSLER, Gary. **Administração de recursos humanos**. 3.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2015. ISBN 9788543000275.  GRAMMS, Lorena Carmen. **Gestão da qualidade de vida no trabalho**. Editora Intersaberes 284 ISBN 9788559723816. | | |
| **Bibliografia Complementar:**  CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação à administração de recursos humanos**. 4. ed. rev. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2010. ISBN 9788520427415.  CHIAVENATO, Idalberto. **Remuneração, benefícios e relações de trabalho:** como reter talentos na organização. 6. ed. rev. e atual. -. São Paulo: Manole, 2009. ISBN 9788520428054.  ROSSETE, Celso Augusto (Org). **Segurança e higiene do trabalho**. São Paulo: Pearson, 2015. ISBN 9788543012216.  SALIBA, Tuffi Messias. **Curso básico de segurança e higiene ocupacional**. 7.ed. São Paulo, SP: LTr, 2015. 494 p. ISBN 9788536190266.  **SEGURANÇA e medicina do trabalho.** 77. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 1060 p. (Manuais de legislação Atlas). ISBN 9788597004236. | | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Componente Curricular: Noções de Economia e Mercado de Trabalho** | | |
| Horas aula: 40 | CH relógio: 33 horas | Aulas na semana: 2 |
| Objetivo: Proporcionar ao aluno informações sobre os fatores e atores da economia, suas variáveis e sua dinâmica no contexto local e global, de modo a criar competências para aplicações nas organizações. | | |
| Ementa: Conceitos de economia. Princípios de Economia. Noções de microeconomia. Noções de Macroeconomia. Mercado de trabalho: conceitos básicos, indicadores, fontes de dados. Principais abordagens teóricas sobre o mercado de trabalho. Estruturas da ocupação e do emprego no Brasil. Políticas de mercado de trabalho e políticas de emprego. | | |
| **Bibliografia Básica:**  PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei (Org.). **Manual de economia.** 7.ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017. 734 p. ISBN 9788547220280.  NOGAMI, Otto; PASSOS, Carlos Roberto M. **Princípios de economia.** 7.ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, c2016. 664 p. ISBN 9788522124923.  ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia.** 21. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 992 p. ISBN 9788597002867. | | |
| **Bibliografia Complementar:**  VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia:** micro e macro. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 461 p. ISBN 9788597002010.  DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social:** pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 257 p.  SAMPAIO, Plínio de Arruda (Org.). **Capitalismo em crise:** a natureza e dinâmica da crise econômica mundial. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009. 158 p.  BORJAS, George. **Economia do trabalho.** 5. Porto Alegre, RS: AMGH, 2012. ISBN 9788580550641.  SINGER, Paul Israel. **Economia política da urbanização.** São Paulo: Contexto, 2012. ISBN 9788572440912. | | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Componente Curricular: Globalização e Mundo do Trabalho** | | |
| Horas aula: 40 | CH relógio: 33 horas | Aulas na semana: 2 |
| Objetivo:  Reconhecer o impacto da globalização nas transformações das relações econômicas, sociais e culturais. | | |
| Ementa: O processo de mundialização da economia brasileira e os regimes de trabalho a ele associados: o colonialismo nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX e a escravidão; expansão capitalista do século XX e o trabalho assalariado; industrialização e desindustrialização; organizações multilaterais, crise fiscal e a desregulamentação dos mercados de trabalho; Estado e patrimonialismo no Brasil: seus impactos econômicos e sociais; Processos de concentração econômica e política e seus impactos no mundo do trabalho, desigualdades globais e movimentos sociais. Papel do Mercado e papel do Estado na economia;; Novas tecnologias e mercado de trabalho. Inclusão social e diversidade cultural. História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Educação Ambiental. | | |
| **Bibliografia Básica:**  CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016. 629 p. ISBN 9788577530366 (v.1)  HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011. 348 p.  SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter:** consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 19. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2015. 204 p. ISBN 9788501054616. | | |
| **Bibliografia Complementar:**  MISES, Ludwig Von. **As Seis Lições**: reflexões para hoje e amanhã. Editora LVM, 2017. 304p. ISBN 9788593751004  CARVALHO, Olavo & DUGIN, Alexandre. **Os EUA e a Nova Ordem Mundial**. Vide Editorial, 2012. 240p. ISBN 9788562910111  FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Biblioteca Azul: Globo, 2012. 944 p. ISBN 9788525052421.  RODRIGUES, Ricardo Vélez. **Da Guerra à Pacificação**: a escolha colombiana. Vide Editorial. 165p.  ISBN 9788562910012.  GARSCHAGEN, Bruno. **Pare de Acreditar no Governo**: Por que os brasileiros não confiam nos políticos mas amam o Estado?. São Paulo : Record, 2015. 322 p. ISBN 9788501103628. | | |

**TERCEIRO SEMESTRE**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Componente Curricular: Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional** | | |
| Horas aula: 120 | CH relógio: 100 horas | Aulas na semana: 6 |
| Objetivo: Desenvolver a capacidade de gerir e compreender o comportamento humano dentro das organizações. | | |
| Ementa: Modelo de Gestão de Pessoas. Comportamento humano nas organizações. Trabalho em equipe. Processos de Liderança. Motivação. Valorização e desenvolvimento de pessoas. Empowerment. Gestão de conflitos. Comunicação e Feedback. Clima e cultura organizacional. Satisfação. Valores organizacionais. Aprendizagem organizacional. Gestão do conhecimento. Coaching e Mentoring. | | |
| **Bibliografia Básica:**  DUTRA, Joel Souza. **Gestão de Pessoas**: Modelo, Processos, Tendências e Perspectivas. São Paulo: Atlas, 2013.  GRIFFIN, R. W.; MOORHEAD, G. **Comportamento organizacional**: Gestão de Pessoas e organizações. São Paulo: Cengage Learning, 2015.  ROBBINS, S. P. **Fundamentos do comportamento organizacional**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2009. | | |
| **Bibliografia Complementar:**  CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. 3. ed. totalmente revisada e atualizada. Rio de Janeiro: *Campus*, 2009.  LACOMBE, F. J. M. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Saraiva, 2012.  NEWSTROM, John W. **Comportamento Organizacional**: o comportamento humano no trabalho. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.  OLIVEIRA, M. A. **Comportamento Organizacional para a Gestão de Pessoas:** Como Agem as Empresas e seus Gestores. São Paulo: Saraiva, 2010.  VECCHIO, Robert. **Comportamento organizacional**: conceitos básicos. São Paulo: Cengage, 2008. | | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Componente Curricular: Recursos Humanos no Setor Público** | | |
| Horas aula: 40 | CH relógio: 33 horas | Aulas na semana: 2 |
| Objetivo: Desenvolver o conhecimento e uma visão crítica sobre as principais práticas e processos de Recursos Humanos pertinentes à gestão pública. | | |
| Ementa: Introdução à Administração Pública. Planejamento de RH no setor público. Regime jurídico dos servidores públicos. Desenho de cargos e carreiras públicas. Recrutamento e seleção de servidores. Capacitações e desenvolvimento. Remuneração e incentivos de desempenho. Desligamentos. Desafios e tendências. | | |
| **Bibliografia Básica:**  BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de pessoas em organizações públicas.** 3. ed. rev. atual. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010. 599 p. ISBN 9788570615800.  COSTIN, Claudia. **Administração pública.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010 (280 p.) ISBN 9788535211191.  TEIXEIRA, J. M. B.; RIBEIRO, M. T. F. **Gestão de pessoas na administração pública**: teorias e conceitos. Curitiba: Intersaberes, 2017. | | |
| **Bibliografia Complementar:**  BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão estratégica de pessoas no setor público.** São Paulo, SP: Atlas, 2014. x, 301 p. ISBN 9788522484164.  BRASIL. Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm>  DENHARDT, R. B.; CATLAW, T. J. **Teorias da Administração Pública**. Tradução da 7º edição norte-americana. Cencage Learning Edições Ltda, 2017.  KANAANE, Roberto (Org); FIEL FILHO, Alécio; FERREIRA, Maria das Graças (Org.). **Gestão pública:** planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010. xxii, 241 p. ISBN 9788522460397.  SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à gestão pública**. Ed. Saraiva, 2006. | | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Componente Curricular: Ética e Relações Humanas no Trabalho** | | |
| Horas aula: 40 | CH relógio: 33 horas | Aulas na semana: 2 |
| Objetivo:  Compreender as relações humanas e éticas no ambiente de trabalho e nas organizações, introduzindo os principais conceitos, problemas e argumentos relacionados e despertando para o aprimoramento das relações interpessoais em ambientes profissionais. Direitos Humanos. | | |
| Ementa: Ética geral e aplicada. Ética profissional. Ética no ambiente de trabalho. Teoria das relações humanas. Ética e relações humanas. Ética e tecnologia. Relações éticas nas organizações: comunicação, liderança e grupos. Direitos Humanos. | | |
| **Bibliografia Básica:**  FURROW, Dwight. **Ética.** Porto Alegre: ArtMed, 2017. (Conceitos-chave em filosofia). ISBN 9788536309637.  PINEDA, Eduardo S. **Ética nas empresas.** Porto Alegre: AMGH, 2009. ISBN 9788563308887.  SANDEL, Michael J. **Justiça:** o que é fazer a coisa certa. 17.ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2015. 349 p. ISBN 9788520010303. | | |
| **Bibliografia Complementar:**  CORTELLA, Mario Sergio. **Qual é a tua obra?: inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética**. Editora Vozes, 2017.  KRZNARIC, Roman. **Sobre a arte de viver** lições da história para uma vida melhor. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. ISBN 9788537810897  MINICUCCI, Agostinho. **Relações humanas**: psicologia das relações interpessoais. 6. ed. Atlas, 2001.  RACHELS, James; RACHELS, Stuart. **Os elementos da filosofia moral**. 7. Ed. AMGH Editora, 2013.  ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. Editora Agora, 2006. | | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Componente Curricular: Metodologia Científica** | | |
| Horas aula: 40 | CH relógio: 33 horas | Aulas na semana: 2 |
| Objetivo: Desenvolver o conhecimento sobre os métodos e técnicas de pesquisa para a construção de conhecimento científico, com o intuito de estimular a iniciação e produção científica. | | |
| Ementa: Conhecimento científico. Métodos, abordagens e tipos de pesquisa. Planejamento e processo de pesquisa. Produção do conhecimento. Projeto de pesquisa, artigos e trabalhos acadêmico-científicos. Normas técnicas de apresentação de trabalhos acadêmico-científicos. Ética na Pesquisa. Estrutura e etapas do Trabalho de Conclusão de Curso. | | |
| **Bibliografia Básica:**  GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.  SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2000.  RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica**: guia para eficiência nos estudos. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. | | |
| **Bibliografia Complementar:**  FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009. 405 p. (Métodos de pesquisa). ISBN 9788536317113.  MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.  MARTINS, Vanderlei. **Metodologia científica**: fundamentos, métodos e técnicas. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016. ISBN 9788579872518.  VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.  YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. | | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** | | |
| Horas aula: 100 | CH relógio: 83 horas | Aulas na semana: 5 |
| Objetivo: Orientar e acompanhar o desenvolvimento do trabalho do estudante em todas as etapas do TCC, desde a escolha do tema até a entrega da versão final e apresentação. | | |
| Ementa: Desenvolvimento e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso. Guia básico para elaboração de trabalhos acadêmicos. | | |
| **Bibliografia Básica:**  GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. xvi, 184 p. ISBN 9788522458233  SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24. ed.rev. e atual. São Paulo, SP: Cortez, 2016. 317 p. ISBN 9788524924484.  RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica:** guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, c1991. 180 p. ISBN 9788522444823. | | |
| **Bibliografia Complementar:**  FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009. 405 p. (Métodos de pesquisa). ISBN 9788536317113.  MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.  MARTINS, Vanderlei. **Metodologia científica**: fundamentos, métodos e técnicas. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016. ISBN 9788579872518.  VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.  YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. | | |

**6.10 Trabalho de Conclusão de Curso**

**Natureza e Objetivos**

O Trabalho de Conclusão de Curso, doravante TCC, é um componente curricular obrigatório dos Cursos Técnicos Concomitante/Subsequente do *Campus* Rolante, devendo ser elaborado durante a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso e ter apresentação pública.

O TCC compreende a sistematização de conhecimentos sobre um objeto de estudo pertinente à área de formação, seguindo o rigor da metodologia científica.

O TCC tem como objetivos principais:

I – Oportunizar ao estudante a integração de todas as competências e habilidades desenvolvidas durante o curso;

II – Reforçar competências como empreendedorismo, inovação, gestão de projetos;

III – Apresentar ao estudante uma possibilidade de carreira acadêmica a partir da pesquisa científica.

Os temas do TCC deverão estar relacionados com a área do curso em questão. As áreas de pesquisa e sugestão de temas serão definidas pelos estudantes, em conjunto com o seu respectivo professor orientador. A elaboração do TCC implicará em rigor metodológico e científico. O TCC deverá ser desenvolvido individualmente, não sendo permitido o desenvolvimento por duplas, trios ou outra forma de organização.

**Do Orientador e das Orientações**

O TCC deverá ser desenvolvido sob orientação de um docente da área de conhecimento do curso. Caberá ao estudante buscar um professor orientador de acordo com a sua área de interesse, e entregar no Setor de Registros Acadêmicos, o formulário de aceite de orientação conforme prazo estabelecido no início da disciplina.

Caso haja co-orientações conduzidas por servidores do IFRS que não lecionam no curso deverão ser autorizadas pela coordenação do curso. Co-orientações conduzidas por profissionais externos do IFRS deverão ser autorizadas pelo colegiado do curso, mediante convênio com a instituição na qual o co-orientador está vinculado. As orientações do TCC serão conduzidas pelo professor orientador por meio de reuniões periódicas (presenciais ou não) definidas previamente entre orientador e orientando.

**Das Atribuições do Professor Orientador**

Compete ao professor orientador:

I – Participar das reuniões relacionadas ao TCC e organizadas pelo coordenador do curso;

II – Orientar o(s) estudantes(s) na elaboração do TCC em todas as suas fases, da elaboração do trabalho até a defesa e entrega da versão final, em conformidade com este regulamento;

III – Estabelecer o cronograma de trabalho para elaboração do TCC em conjunto com o(s) orientando(s);

IV – Realizar reuniões periódicas de orientação com o(s) estudante(s);

V – Advertir e orientar o(s) estudante(s) sobre os fatores éticos e morais relacionados à pesquisa científica;

VI – Efetuar a revisão do TCC, certificando-se da autoria do(s) trabalho(s) desenvolvido(s), identificando casos que configurem plágio parcial ou total;

VII – Registrar as orientações na Ficha de Acompanhamento de Orientação

VIII – Presidir a Banca Examinadora e preencher o formulário de defesa do trabalho de conclusão de curso;

IX – Definir o prazo que será concedido ao(s) orientando(s) para efetuar os ajustes sugeridos pela Banca Examinadora;

X – Analisar, após a defesa, os trabalhos dos orientandos e conferir se as sugestões efetuadas pela Banca Examinadora foram ou não atendidas;

XI – Lançar a nota do TCC no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso no sistema acadêmico;

**Das atribuições dos estudantes orientandos**

Art. 23. Compete ao estudante orientando:

I – Tomar ciência e cumprir as normas estabelecidas neste regulamento;

II – Escolher a temática do TCC;

III – Elaborar e apresentar o TCC;

IV – Respeitar os direitos autorais sobre artigos técnicos, artigos científicos, textos de livros, sites da Internet, entre outros, descartando todas as formas e tipos de plágio;

V – Manter sob sigilo informações de caráter técnico, estratégico ou confidencial das organizações envolvidas na construção do TCC, quando for o caso;

VI – Cumprir o plano e o cronograma estabelecidos em conjunto com o seu orientador;

VII – Participar das reuniões periódicas de orientação e acompanhamento do TCC organizadas em conjunto com o seu professor orientador;

VIII – Seguir as recomendações do professor orientador concernentes ao TCC;

IX – Acatar as sugestões propostas pela banca examinadora, quando aceitas pelo orientador;

X – Apresentar ao orientador a versão final do trabalho corrigido, no prazo estabelecido;

XII – Tomar ciência e cumprir os prazos referente a entrega da documentação descrita por este regulamento.

**Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso**

O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser desenvolvido no formato de artigo científico, revisão bibliográfica, estudo de caso, relatório do componente curricular de projeto integrador ou relatório de atividades práticas.

A formatação gráfica do TCC é de responsabilidade do estudante e deverá seguir as recomendações do “Guia básico para elaboração de trabalhos acadêmicos no IFRS – Campus Rolante”, publicado e divulgado pela biblioteca do campus.

A avaliação do TCC será realizada por uma Banca Examinadora composta pelo orientador e um professor da área do curso.

A composição da nota se dará pela média aritmética simples das notas do professor orientador e do avaliador. A nota de cada avaliador deverá ser entre 0 e 10. A nota final do artigo é o resultado da nota de cada avaliador em função do peso atribuído. A nota média da banca examinadora para aprovação deve ser de, no mínimo, 5 (cinco). A nota obtida será registrada no Sistema Acadêmico como sendo a nota do componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso. Em caso de reprovação, o educando deverá cursar novamente o componente curricular, realizando um novo trabalho e uma nova apresentação pública.

**6.11 Estágio Não Obrigatório**

Há possibilidade desse tipo de estágio, de acordo com a Lei nº 11.788, de 25 setembro de 2008.

**6.12 Avaliação da Aprendizagem**

Na avaliação das atividades discentes, pretende-se atender à concepção do curso prevista pelo presente Projeto Pedagógico. Para isso, é implementado um processo contínuo e progressivo de avaliação, considerando o percurso dos estudantes, valorizando sua evolução e a busca de estratégias de superação de suas dificuldades, objetivando-se:

* Diagnosticar possíveis dificuldades e construir estratégias para sua superação ao possibilitar ao professor a compreensão do estágio de aprendizagem em que o estudante se encontra e detectar as causas de suas dificuldades;
* Acompanhar os resultados que estão sendo alcançados durante e ao final das atividades acadêmicas desenvolvidas;
* Possibilitar o replanejamento do trabalho docente;
* Favorecer o desenvolvimento do estudante como profissional, indivíduo e cidadão, auxiliando-o no seu crescimento, na construção do conhecimento, no processo de interação e no desenvolvimento de suas responsabilidades sociais.

A avaliação do rendimento escolar do aluno, em cada componente curricular, será realizada no decorrer do período letivo, semestralmente, mediante a adoção de diferentes instrumentos ou modalidades de aferição da aprendizagem.

A avaliação compreenderá um processo contínuo dentro dos componentes curriculares, que reforçado pelos encontros dos docentes do curso, permitirá acompanhar, diagnosticar e avaliar o desenvolvimento das competências pretendidas para o egresso do curso.

**6.12.1 Expressão dos Resultados**

Conforme o Art. 186 da Organização Didática do IFRS, o resultado da avaliação do desempenho do estudante em cada componente curricular será expresso semestralmente através de notas, registradas de 0 (zero) a 10 (dez), sendo admitida apenas uma casa decimal após a vírgula.

Deverão ser usados no mínimo dois instrumentos avaliativos. A nota mínima da média semestral (MS) para aprovação em cada componente curricular será 7,0 (sete), calculada através da média aritmética das avaliações realizadas ao longo do semestre. O estudante que não atingir média semestral igual ou superior a 7,0 (sete) ao final do período letivo, em determinado componente curricular, terá direito a exame final (EF).

A média final (MF) será calculada a partir da nota obtida no exame (EF) com peso 4 (quatro) e da nota obtida na média semestral (MS) com peso 6 (seis), conforme a equação abaixo:

MF = (MS \* 0,6) + (EF \*0,4) ≥ 5,0

O estudante deve obter média semestral (MS) mínima de 1,7 (um vírgula sete) para poder realizar exame final (EF). O exame final constará de uma avaliação dos conteúdos trabalhados no componente curricular durante o período letivo. O estudante poderá solicitar revisão do resultado do exame final, até 2 (dois) dias úteis após a publicação deste, através de requerimento fundamentado, protocolado na Coordenadoria de Registros Acadêmicos, ou equivalente, dirigido à Direção de Ensino ou à Coordenação de Curso. A aprovação do estudante no componente curricular dar-se-á somente com uma frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e média semestral (MS) igual ou superior a 7,0 (sete) ou média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), após realização de exame.

* + 1. **Recuperação Paralela**

Entende-se por atividade de recuperação o processo didático-pedagógico que visa oferecer novas oportunidades de aprendizagem ao discente a fim de superar dificuldades ao longo do processo de ensino e aprendizagem. A recuperação da aprendizagem é realizada ao longo do semestre e ficará a cargo do docente responsável pelo componente curricular. Os momentos de recuperação, considerando que o curso prevê um processo avaliativo contínuo e dinâmico, são variados e ocorrem ao longo do componente curricular, em momentos de correção de atividades e avaliações, discussões de resultados, revisões e retomadas de conteúdo.

Além disso, é garantido, na forma da Lei, o direito de usufruir de atividade de recuperação nos componentes curriculares que, tendo frequência, não lograram a média para a aprovação. Por fim, ressalta-se que a recuperação paralela é direito de todos os educandos.

Os processos e fluxos da recuperação paralela devem-se considerar o estabelecido na Organização Didática do IFRS em seu Art. 200 bem como seguir o regulamento da recuperação paralela do *Campus* Rolante aprovado pelo Conselho do *Campus* na resolução n° 02 em 23 de fevereiro de 2018.

**6.12.3 Atendimento aos Educandos**

Ao longo do ano letivo todos os docentes do curso ofertam um horário de atendimento extraclasse, conforme informação contida nos Planos de Trabalho Docentes, onde estarão à disposição dos educandos para a realização dos estudos orientados. Entende-se por estudos orientados o processo didático-pedagógico que visa oferecer novas oportunidades de aprendizagem ao educando a fim de superar dificuldades ao longo do processo de ensino e aprendizagem.

O professor pode indicar ao educando sua presença nos estudos orientados sempre que diagnosticadas dificuldades durante o processo regular de construção/apropriação do conhecimento. Convém ressaltar, no entanto, que o momento de estudos orientados não corresponde a uma nova aula, tampouco são abordados novos conhecimentos ao longo dos estudos orientados. O momento de atendimento compreende um horário no qual os educandos podem realizar diferentes atividades, e no qual o professor pode lançar mão de novas estratégias e abordagens de ensino-aprendizagem, visando suprir as dificuldades.

**6.13 Critérios do Aproveitamento de Estudos e Certificação de Conhecimentos**

O aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos são regidos de acordo com as diretrizes para cursos técnicos, estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 06/2012 e internamente pela Organização Didática do IFRS apresentada abaixo.

**6.13.1 Do Aproveitamento de Estudos**

Os estudantes que já concluíram componentes curriculares poderão solicitar aproveitamento de estudos.

Para aproveitamento de estudos em cursos técnicos na forma integrada ou concomitante ao ensino médio, os componentes curriculares, objetos do mesmo, deverão ter sido concluídos em curso técnico equivalente.

Para fins de aproveitamento de estudos em cursos técnicos subsequentes de nível médio e cursos superiores, os componentes curriculares deverão ter sido concluídos no mesmo nível ou em outro mais elevado.

A solicitação deverá vir acompanhada dos seguintes documentos:

1. Requerimento preenchido em formulário próprio com especificação dos componentes curriculares a serem aproveitados;
2. Histórico Escolar ou Certificação, acompanhado da descrição de conteúdos, ementas e carga horária dos componentes curriculares, autenticados pela instituição de origem.

As solicitações de aproveitamento de estudos deverão ser protocoladas na Coordenadoria de Registros Acadêmicos do *Campus*, ou equivalente, e encaminhadas à Coordenação de cada Curso.

Caberá à Coordenação de Curso o encaminhamento do pedido ao docente atuante no componente curricular objeto de aproveitamento, que realizará a análise de equivalência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) de conteúdo e carga horária e emitirá parecer conclusivo sobre o pleito.

Poderão ainda ser solicitados documentos complementares, a critério da Coordenação de Curso e, caso se julgue necessário, o estudante poderá ser submetido ainda a uma certificação de conhecimentos.

É vedado o aproveitamento de um mesmo componente curricular, mais de uma vez no mesmo curso.

Um aproveitamento deferido não embasa, necessariamente, novos aproveitamentos.

Os pedidos de aproveitamento de estudos e a divulgação das respostas deverão ser feitos nos prazos determinados pelo calendário acadêmico, não excedendo o período de um mês após o início das aulas do respectivo componente curricular.

A Coordenação do Curso deverá encaminhar o resultado do processo à Coordenadoria de Registros Acadêmicos ou equivalente, cabendo ao estudante informar-se sobre o deferimento.

A liberação do estudante da frequência às aulas dar-se-á a partir da assinatura de ciência no seu processo de aproveitamento de estudos, que ficará arquivado em sua pasta individual.

Os estudantes do IFRS que concluíram componentes curriculares em programas de Mobilidade Estudantil poderão solicitar aproveitamento de estudos, e consequente dispensa de cursá-los, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

1. Requerimento preenchido em formulário próprio, com especificação dos componentes curriculares a serem aproveitados;
2. Histórico oficial e programas dos componentes curriculares, ou documento similar que descreva os conteúdos abordados e suas respectivas cargas horárias, autenticados pela instituição de origem.

A descrição de conteúdos a que se refere o inciso II, quando em outro idioma que não seja o espanhol, deverá ser acompanhada de tradução para o português.

As solicitações de aproveitamento de estudos deverão ser protocoladas na Coordenadoria de Registros Acadêmicos do *Campus*, ou equivalente, e enviadas à Coordenação de cada Curso, cabendo a esta o encaminhamento do pedido ao docente responsável pelo componente curricular objeto do aproveitamento, que realizará a análise de equivalência entre conteúdos e carga horária, e emitirá parecer conclusivo sobre o pedido.

Poderão ainda ser solicitados documentos complementares, a critério da Coordenação do Curso e, caso se julgue necessário, o estudante poderá ser submetido ainda a uma certificação de conhecimentos.

A avaliação da correspondência de estudos deverá recair sobre os conteúdos que integram os programas dos componentes curriculares e cargas horárias, sem a preocupação com a coincidência absoluta dessas variáveis, mas levando-se em conta a equivalência do conteúdo e sua respectiva carga horária, tendo em vista o PPC em que o estudante está matriculado no IFRS.

A Coordenação do Curso deverá encaminhar o resultado do processo de solicitação de aproveitamento de estudos cursados em programas de Mobilidade à Coordenadoria de Registros Acadêmicos, ou equivalente, responsável por dar ciência ao estudante sobre o deferimento ou não do pedido.

Em caso de aproveitamento de estudos, será adicionada uma observação na legenda do Histórico Escolar, relacionando o nome do componente curricular aproveitado, a respectiva instituição em que foi cursado, com o componente curricular equivalente no IFRS.

Os componentes curriculares cursados que não apresentarem equivalência com os do curso do estudante no IFRS, poderão:

I. Ter carga horária computada para fins de atividades complementares;

II. Ser aproveitados na categoria de optativos.

Os componentes curriculares que não se enquadrarem no que foi citado no parágrafo acima serão lançados no Histórico do estudante, especificando-se os nomes, as respectivas cargas horárias e a instituição em que foram cursados, sob o título de “Componentes Curriculares fora da Matriz Curricular, cursados em Mobilidade”.

A liberação do estudante da frequência às aulas dar-se-á a partir da assinatura de ciência no seu processo de aproveitamento de estudos, que ficará arquivado em sua pasta individual.

* + 1. **Da Certificação De Conhecimentos**

Segundo a Organização Didática do IFRS, os estudantes dos cursos do IFRS poderão requerer certificação de conhecimentos adquiridos através de experiências previamente vivenciadas, inclusive fora do ambiente escolar, com o fim de alcançar a dispensa de um ou mais componentes curriculares da matriz do curso. As solicitações de certificação de conhecimentos deverão vir acompanhadas dos seguintes documentos:

1. Requerimento preenchido em formulário próprio com especificação dos componentes curriculares a serem aproveitados;
2. Documentos que comprovem os conhecimentos dos estudantes, caso necessário.

As solicitações de certificação de conhecimentos deverão ser protocoladas na Coordenadoria de Registros Acadêmicos, ou equivalente, e preenchidas em formulário próprio e encaminhadas à Coordenação de Curso, respeitando-se as datas previstas em calendário acadêmico. Não serão atendidos pedidos de estudantes que cursaram os componentes curriculares e não obtiveram aprovação. A certificação de conhecimentos dar-se-á mediante a aplicação de instrumento de avaliação realizada por um professor da área, ao qual caberá emitir parecer conclusivo sobre o pleito.

**6.14 Metodologias de Ensino**

No Curso Técnico em Recursos Humanos a metodologia de ensino adotada se apoiará em um processo dialógico de construção do conhecimento, partindo de ações incentivadoras da relação ensino-aprendizagem, pois se acredita que a educação não é algo a ser transmitido, mas construído. Para viabilizar aos educandos o desenvolvimento de competências relacionadas às bases técnicas, científicas, instrumentais e de cidadania serão adotadas, como prática metodológica, formas ativas de ensino-aprendizagem, baseadas na interação pessoal e de grupo. Dessa forma, o professor precisará criar condições para a integração dos estudantes a fim de que se aperfeiçoe o processo de socialização na construção dos saberes.

A prática educativa também deve ser entendida como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos, contribuindo para que o estudante seja o artífice de sua formação com o apoio necessário do professor. Dessa forma, a natureza da prática pedagógica passa a ser a indagação, ou seja: a busca, a pesquisa, a reflexão, a ética, o respeito, a tomada consciente de decisões, o estar aberto às novidades e aos diferentes métodos de trabalho. A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da práxis educativa porque envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer.

Assim, a partir da experiência e da reflexão de uma prática educativa contextualizada com as vivências dos educandos, cria-se possibilidades para a produção e/ou construção do conhecimento, desenvolvem-se instrumentos, esquemas ou posturas mentais que podem facilitar a aquisição de competências. Isso significa que na prática educativa deve-se procurar, através dos conteúdos e dos métodos, o respeito aos interesses dos discentes e da comunidade onde vivem e constroem suas experiências.

Da mesma forma, os conhecimentos que levam a prática da cidadania serão inseridos ao contexto de trabalho nos componentes curriculares ministrados de forma que os estudantes reflitam e construam conhecimentos da área de Administração baseados na ética, na sustentabilidade e no respeito ao meio ambiente, procurando formar cidadãos conscientes de suas responsabilidades no desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, a interdisciplinaridade será desenvolvida através do fomento às atividades de extensão, envolvendo a participação de estudantes e professores de diversas áreas em visitas técnicas, viagens a congressos e encontros, palestras, cursos extraclasse, atividades esportivas, culturais, etc.

Por fim, faz-se necessário aos professores reconhecer a pluralidade, a diversidade de abordagens pedagógicas, abrindo possibilidades de interação com os diversos contextos culturais. Assim, o corpo docente será constantemente incentivado a utilizar metodologias e instrumentos criativos e estimuladores para que a interelação entre teoria e prática ocorra de modo eficiente. Isto será orientado através da execução de ações que promovam desafios, problemas e projetos interdisciplinares e transdisciplinares orientados pelos professores. Para tanto, as estratégias de ensino-aprendizagem propostas apresentam diferentes práticas:

∙ utilização de aulas práticas, por meio de visitas técnicas em empresas ou organizações, na qual os estudantes poderão estabelecer relações entre os conhecimentos teóricos adquiridos com a realidade envolvente;

∙utilização de aulas expositivas, dialogadas para a construção do conhecimento nos componentes curriculares;

∙pesquisas sobre os aspectos teóricos e práticos no seu futuro campo de atuação;

∙ discussão de temas: partindo-se de leituras orientadas, individuais e em grupos; de vídeos, pesquisas; aulas expositivas;

∙Estudos de Caso: através de simulações e casos reais nos espaços de futura atuação do Técnico em Recursos Humanos;

∙ Debates provenientes de pesquisa prévia, de temas propostos para a realização de trabalhos individuais e/ou em grupos;

∙Seminários apresentados pelos estudantes, professores e também por profissionais de diversas áreas de atuação;

∙Dinâmicas de grupo;

∙Palestras com profissionais da área, tanto na instituição como também nos espaços de futura atuação do técnico;

∙Utilização de recursos midiáticos e computacionais para a aquisição de conhecimentos;

∙Incentivo a utilização do espaço da biblioteca, a leitura de livros e de periódicos da área;

∙Visitas técnicas a partir de convênios com empresas da região;

∙ Incentivo para a construção de grupos de pesquisa, com a participação dos educandos em pesquisas que partam dos problemas de suas comunidades locais;

∙Projetos integradores;

∙Incentivo para a participação em atividades de extensão;

**6.15 Acompanhamento Pedagógico**

O acompanhamento pedagógico realizado pela equipe multidisciplinar composta por Pedagoga, Assistente Social, Psicólogo e Técnico em Assuntos Educacionais visa verificar aprendizado e interação do aluno no ambiente institucional, oferecendo alternativas para sua permanência e êxito. Este acompanhamento será feito principalmente para os que apresentam comportamentos que reflitam negativamente em seu desenvolvimento, tais como: número excessivo de faltas não justificadas, problemas relacionais e dificuldades de aprendizagem, ou seja, todas as situações que interferem em sua formação profissional e cidadã.

O atendimento educacional deverá motivar, envolver e ajudar o aluno para que este continue na escola e supere seus desafios. Através de um diagnóstico do aluno, a equipe multidisciplinar acompanhará e oferecerá ao aluno alternativas para sua permanência, através da Assistência Estudantil e dos Núcleos de Ações Afirmativas. O apoio psicológico, social e pedagógico ocorrerá por meio do atendimento individual ou coletivo, em uma perspectiva dinâmica e integradora.

Além do apoio direto ao aluno, o trabalho do pedagogo objetiva auxiliar o corpo docente, visando aperfeiçoar o desempenho deste na utilização dos recursos didáticos, por fim, orientá-lo em relação aos critérios de avaliação, com vistas a proporcionar resultados mais significativos ao desenvolvimento dos educandos.

A Assistência Estudantil, a Coordenação de Curso e os docentes responsáveis elaborarão projetos de apoio pedagógico que visam auxiliar os discentes no sentido de obterem êxito em seus estudos, por meio de oficinas, aulas de reforço e sessões especiais de monitoria por área/disciplina, entre outros. Com isso, possibilita-se aos estudantes o nivelamento, a sua diplomação e seu prosseguimento nos estudos posteriores. Por conseguinte, a educação inclusiva visa atender às necessidades específicas de todos os estudantes, por intermédio do desenvolvimento de práticas pedagógicas, com estratégias diversificadas.

O trabalho da Assistência Estudantil, juntamente com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), será de organizar e estimular projetos e programas educacionais para a convivência, consciência da diversidade e, principalmente, buscarão a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais, atitudinais e de comunicação, buscando adequar-se à legislação no que diz respeito à acessibilidade física e prioridade de acesso, bem como, propiciar adaptação curricular e atendimentos individuais, no turno inverso, quando necessário.

* 1. **Indissociabilidade Entre Ensino, Pesquisa e Extensão**

O termo indissociabilidade remete à ideia da interligação existente entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, refletindo um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre a instituição e sociedade, a auto-reflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico.

O planejamento dos componentes curriculares do curso atuam consonante com o ensino, a pesquisa e a extensão. Assim, durante o desenvolvimento do curso os acadêmicos deverão participar de atividades com objetivo de produzir e/ou sistematizar conhecimentos técnico-científicos da área visando ampliar os horizontes de formação profissional, proporcionando uma formação sociocultural abrangente, composta de múltiplas visões sobre o mundo que favorecerá a sua consciência social, de cidadania, econômica, ecológica e profissional.

O ensino, nesse contexto, assume o compromisso com a formação de cidadãos trabalhadores, com a interculturalidade, com a democratização do conhecimento científico, técnico e pedagógico, com a promoção da cultura, tendo a pesquisa e a extensão como princípios educativos. O ensino técnico difunde, também, o exercício da autonomia, da liberdade para pensar, criticar, criar e propor alternativas.

O curso Técnico em Recursos Humanos do IFRS - *Campus* Rolante contará com um corpo docente especializado, envolvido com atividades de ensino, pesquisa e extensão, proporcionando um compartilhar de diferentes experiências científicas e pedagógicas. Abaixo é possível visualizar projetos e cursos que já foram desenvolvidos no *Campus* Rolante que poderiam ter correlação com o currículo do curso.

Projetos de Pesquisa

|  |  |
| --- | --- |
| **Coordenador (a) do Projeto** | **Título do Projeto** |
| Getúlio Sangalli Reale | (Trans)formação de um mercado: estudo sobre a criação de um mercado de cervejas artesanais no município de Rolante |
| Letícia Martins de Martins | A percepção e expectativa da Comunidade em relação a atuação do Campus Rolante |
| Rafael de Carvalho Barbosa | Análise das diferentes formas de capital no desempenho escolar de estudantes do IFRS |
| Luciano Nascimento Corsino | Ações afirmativas no Campus Rolante: estudo sobre o desempenho de estudantes contemplados com cotas raciais |
| Aline Beatriz Schuh | Determinação e análise do valor médio da cesta básica no município de Rolante-RS |

Projeto de Extensão

|  |  |
| --- | --- |
| **Coordenador (a) do Projeto** | **Título do Projeto** |
| Neila Sperotto | (Re) criando no IF Rolante |

Cursos de Extensão

|  |  |
| --- | --- |
| **Coordenador (a) do Curso** | **Título do Curso** |
| Karuline Matos Kleinkauf | Inglês básico |
| Alice Ribeiro Dionizio | Espanhol |
| Flávia Miranda de Britto | Libras |
| Neila Sperotto | Novas Habilidades para o Mundo do Trabalho |

Projeto de Ensino

|  |  |
| --- | --- |
| **Coordenador (a) do Projeto** | **Título do Projeto** |
| Letícia Martins de Martins | Praticando o Comércio |

Igualmente, salienta-se que serão desenvolvidos ao longo da oferta do curso projetos, em consonância com as linhas de abordagem diretamente ligadas ao eixo tecnológico de gestão e negócios, sejam elas em pesquisa, ensino e extensão. Os projetos sempre serão divulgados na página do *campus* para participação de estudantes de nível técnico e superior. Entende-se, dessa forma, que nesses projetos, os conhecimentos trabalhados em sala de aula acabam refletidos em práticas, quer sejam de pesquisa ou de extensão, bem como, no aprimoramento do ensino.

* 1. **Articulação do Núcleo de Ações Afirmativas**

O Núcleo de Ações Afirmativas do IFRS *Campus* Rolante – NAAf –, criado através da Portaria nº 15, do dia 19 de abril de 2016, é um setor propositivo e consultivo que media as ações afirmativas na Instituição, visando atender as demandas e congregando as ações dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNEs —, Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e indígenas — NEABIs — e Núcleos de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade – NEPGSs, as quais estão regulamentadas em documento próprio.

Nos âmbitos do ensino, pesquisa e extensão, o NAAf estimula e promove medidas e ações que englobam a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de sexo e gênero e de necessidades específicas, ou seja, a defesa dos direitos humanos, em uma cultura de educação para a boa convivência.

O **Núcleo de Ações Afirmativas** destaca-se pelas ações inclusivas, e busca:

* inserir as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas na instituição, a sua permanência e saída exitosa para o mundo do trabalho;
* a valorização da população negra e as comunidades indígenas, no âmbito da instituição e em suas relações com a comunidade externa;
* o combate à homofobia, buscando o respeito à diferença e a diversidade e a remoção de todos os tipos de barreiras e formas de discriminação, com ênfase nas temáticas Corpo, Gênero e Sexualidade

**6.18 Colegiado de Curso**

O Colegiado do Curso é o órgão consultivo e deliberativo que tem por finalidade acompanhar a implementação do Projeto Pedagógico do Curso, acompanhar alterações no currículo, planejar e avaliar as atividades acadêmicas complementares do Curso, acompanhar os processos de avaliação do Curso, dentre outros. A base referencial do Colegiado do Curso está pautada nas políticas e normas do IFRS e as demais legislações vigentes; ainda, este órgão considera os relatórios da Autoavaliação Institucional e de avaliações externas com vistas ao aperfeiçoamento das ações desenvolvidas no Curso.

O Colegiado de Curso é constituído formalmente, através de portaria emitida pela direção do Campus e, conforme as definições da Organização Didática do IFRS (art. 55 a 57), é formado por:

1. Coordenador do curso;
2. Professores em efetivo exercício que compõem a estrutura curricular do curso;
3. No mínimo, um técnico-administrativo do Setor de Ensino do campus;
4. Pelo menos um representante do corpo discente do curso.

Após o início do curso serão eleitos os membros do Colegiado do Curso e elaborado seu regulamento em até 30 dias.

**6.19 Quadro de Pessoal Docente**

A equipe do *Campus* Rolante que atuará diretamente no curso de Técnico em Recursos Humanos, conta atualmente com os seguintes servidores:

**Quadro 06 –** Relação de Servidores Docentes que atuarão diretamente no curso.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Servidor** | **Cargo/Função** | **Regime de Trabalho** | **Formação** |
| Luiz Antônio Teffili | Professor/Coordenador de Curso | 40h/DE | Mestre de Administração em Agronegócios |
| Getúlio Sangalli Reale | Professor | 40h/DE | Doutor em Administração |
| Vinicius Dornelles Valent | Professor | 40h/DE | Mestre em Administração |
| Fábio Zschornack | Professor/Coordenador de Ensino | 40h/DE | Mestre em Computação |
| Eduardo da Rocha Bassi | Professor | 40h/DE | Mestre em Administração |
| Aline Beatriz Schuh | Professor/Coordenadora de Curso | 40h/DE | Mestre em Administração |
| Samuel Aguiar da Cunha | Professor | 20h | Mestre em Direito |
| Frederico Schardong | Professor/Coordenador de Curso | 40h/DE | Mestre em Ciência da Computação |
| Leticia Martins de Martins | Professor/ | 40h/DE | Doutora em Engenharia da Produção |
| Fabio Rios Kwecko | Professor | 20h | Especialização em MBA em Gestão Empresarial |
| Renata Oliveira da Silva | Professor | 40h | Mestra em Tecnologias da Informação e Comunicação |
| Fernando Gonçalves | Professor | 40h | Mestre em Sociologia |
| Alice Ribeiro Dionizio | Professor | 40h/DE | Mestre em Estudos Linguísticos |

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 07 –** Relação de Servidores Técnicos Administrativos que atuarão diretamente no curso.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Servidor** | **Cargo** | **Formação** |
| Aline Terra Silveira | Bibliotecária | Biblioteconomia; Especialista em Novas Tecnologias da Educação |
| Camila Correa | Técnica em laboratório/ Coordenadora de Extensão | Mestre em Química |
| Caroline Castro de Mello | Técnica em assuntos educacionais | Mestre em Educação |
| Francisco Tardelli da Silva | Assistente em Administração / Coordenador de Desenvolvimento Institucional | Especialista em Gestão Escolar |
| Fabricio Maurer | Assistente em Administração / Coordenador de Registros Acadêmicos | Licenciatura em Matemática |
| Melânia Cristina Biasus | Pedagoga | Especialista em Psicopedagogia |
| Neila Sperotto | Assistente Social/ Coordenadora da Assistência Estudantil e Pedagógica | Mestre em Serviço Social |
| Pablo Oliveira de Oliveira | Técnico em Informática / Coordenador de Tecnologia da Informação | Técnico em Informática |
| Vanessa Limana Berni | Psicóloga | Mestre em Psicologia |

Fonte: elaboração própria.

O quadro docente, admitido por concurso público (ou ainda contando com a presença de professores substitutos), formará um único colegiado multidisciplinar, o que é condição fundamental para o desenvolvimento da proposta pedagógica que norteia o curso proposto. Os professores lotados no Curso atuarão de forma aberta, flexível e interdisciplinar.

Quanto aos técnico-administrativos, igualmente a organização de seu trabalho e definição das especificidades com relação ao curso acontecerá por determinação da Direção Geral do *Campus* Rolante ou por órgão designado por esse.

**6.20 Certificação e Diplomas**

Após a integralização dos períodos letivos organizados por componentes curriculares que compõem o **Curso Técnico em Recursos Humanos Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio** será conferido ao concluinte do curso o **Diploma de Técnico em Recursos Humanos**. Para os estudantes que ingressarem sob a forma concomitante ao ensino médio, o diploma somente será entregue após a comprovação da conclusão do ensino médio.

O Diploma receberá o número de cadastro do Sistec, atendendo assim o artigo 22º § 2º da Resolução CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012. Além da menção do eixo tecnológico do curso, conforme artigo 38 § 2º da Resolução CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012.

Ainda, segundo art. 32 § 5º, “após a integralização de todos os componentes curriculares, inclusive o estágio obrigatório, quando houver, o estudante receberá o Diploma de Técnico de Nível Médio no respectivo curso que está, irrevogavelmente, condicionado à conclusão do Ensino Médio”.

**6.21 Infraestrutura**

O *Campus* Rolante está instalado em uma área de terras de 57 ha. Sua estrutura física compreende um prédio de 2.727 m² e estacionamento. Para atender as demandas de ensino, há 9 salas de aula, um mini auditório, uma biblioteca com acervo específico (em processo de aquisição), dois laboratórios de informática e um laboratório agro técnico. Além disso, os setores específicos, como a Assistência Estudantil e Pedagógica, o Setor de Registros Acadêmicos e o Setor de Apoio ao Discente possuem salas próprias para dar suporte à comunidade acadêmica.

As salas de aula são equipadas com mobiliário para alunos e professores, quadro branco, projetor multimídia, acesso à internet sem fio, e algumas salas possuem também aparelhos de ar-condicionado.

Cada laboratório de informática possui computadores em quantidade suficiente para uso dos alunos, e é equipado com quadro branco, projetor multimídia, rede wifi e aparelho de ar-condicionado. Os computadores possuem softwares e aplicativos específicos e conexão à internet com fio.

No que tange a acessibilidade arquitetônica, a infraestrutura atual do *Campus* Rolante conta com vagas de estacionamento específicas para deficientes e/ou pessoas com mobilidade reduzida. Há ainda quatro sanitários acessíveis, devidamente sinalizados. Além disso, os corredores do prédio são largos e pavimentados, sem obstáculos à passagem dentro das instalações.

Para eliminar as demais barreiras arquitetônicas, a instituição tem trabalhado acompanhada pelo NAPNE, em projetos para ampliar a infraestrutura de acessibilidade no *Campus*, como a instalação de piso tátil e placa tátil indicativa para todas as instalações.

As instalações necessárias para a realização do curso conforme o Catálogo de Cursos Técnicos do MEC são compostas de:

- salas de aula;

- biblioteca com acervo específico;

- laboratório de informática.

Todas já comtempladas em sua infraestrutura atual não sendo necessário nenhuma adaptação ou nova construção para a implantação do curso.

1. **CASOS OMISSOS**

Os casos não previstos por este Projeto Pedagógico, e que não se apresentem explícitos nas Normas e decisões vigentes no *Campus* Rolante e/ou do IFRS até a presente data, serão resolvidos pelo coordenador do curso, direção de ensino e direção geral, respeitadas as competências das instâncias superiores e colegiadas do *Campus* e do IFRS.

1. **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Conselho Nacional de Educação (CNE)**. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\_docman&task=doc\_download&gid=11394&Ite](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&amp;task=doc_download&amp;gid=11394&amp;Itemid) [mid=](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&amp;task=doc_download&amp;gid=11394&amp;Itemid) >. Acesso em 20/05/2019.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Resolução n° 04, de 05 de outubro de 1999**. Brasília, DF, 05 out. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, 2000.

BRASIL. **Lei n° 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Brasília, DF, 25 set. 2008.

CNE. Conselho nacional de educação. Câmara de educação básica. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 21 DE JANEIRO DE 2004. Brasília, DF. 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei 9.394/96. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica, **PCN + Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos parâmetros curriculares nacionais, linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: MEC/SEMT, 2002.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**.** Rolante: **história.** Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/rolante.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Rolante:** **síntese das informações**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/rolante>. Acesso em: 01 abr. 2019.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resultados Finais do Censo Escolar 2017 Rolante**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>. Acesso em: 06 mai. 2019.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO PARANHANA-ENCOSTA DA SERRA (Rio Grande do Sul). **PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2011-2020.**. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=Dowg8uFOVaY=&tabid=5363&mid=7972>. Acesso em: 01 abr. 2019.

IFRS - INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Instituição – Apresentação.** 2019. Disponível em < https://ifrs.edu.br/institucional/sobre/>. Acesso em 23 mai. 2019.

IFRS - INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Instrução Normativa PROEN nº 002,** Bento Gonçalves,2016. Disponível em < https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/in-002-2016.pdf/>. Acesso em 23 mai. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Corede Paranhana-Encosta da Serra.** Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/>. Acesso em: 01 abr. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MONTEIRO LOBATO. **CIMOL.** Disponível em: <http://cimol.g12.br/>. Acesso em: 06 mai. 2019.

ROLANTE. PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLANTE. **História do Município.** Disponível em: < http://www.rolante.rs.gov.br/prefeitura/municipio>. Acesso em: 22 mai. 2019.

**Projeto Pedagógico Institucional do IFRS**. Bento Gonçalves, 2015 Disponível em:

<https://ww1.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201226102555931ppi\_versao\_final.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2019.

**Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRS 2019-2023**. Bento Gonçalves, 2018 Disponível em:

<<https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/03/PDI-FINAL-2018_Arial-1.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2019.

IFRS - INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Instrução Normativa PROEN nº 002, de 01 de setembro de 2016.** 2016. Disponível em:

<<https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/in-002-2016.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2019.

DELORS, J.; MUFTI, I. A.; AMAGI, I.; et.al. (orgs.) **Educação:** um tesouro a descobrir. (Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. UNESCO: Brasília, 2010.

FREIRE, P. A dialogicidade – essência da educação como prática da liberdade. In: **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 44-69.

GONDIM, S. M. e COLS, G. Perfil profissional, formação escolar e mercado de trabalho segundo a perspectiva de profissionais de Recursos Humanos. **Revista Psicologia:** organizações e trabalho. São Paulo, Vol. 10, p. 119-152, 2003.

RODRIGUES, A.; RAMOS, H. S. G.; SILVA, R. B. R. Gênero e sexualidade nas escolas: Leituras que nos aproximam do campo dos direitos humanos, de alunos e professores. In: RODRIGUES, A. & BARRETO, M. A. S. C. (Org.). **Currículos, Gêneros e Sexualidades**: Experiências Misturadas e Compartilhadas. Vitória: Edufes, 2013.

**Prof. Cláudia Dias Zettermann**

Diretora de Ensino-IFRS- *Campus* Rolante

Portaria nº 119/2019

**Prof. Jesus Rosemar Borges**

Diretor Geral *pro tempore* - IFRS *Campus* Rolante

Portaria 684/2017

1. **ANEXOS:**

**RESOLUÇÃO Nº 25, DE 17 DE AGOSTO DE 2018**

O Presidente do Conselho do *Campus* Rolante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e considerando o que foi deliberado na reunião ordinária do Conselho de *Campus* realizada em 17/08/2018, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regulamento de uso dos Laboratórios de Informática do *Campus* Rolante;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Prof. Jesus Rosemar Borges

Presidente do Conselho de *Campus*

# REGULAMENTO DE USO DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

# DO *CAMPUS* ROLANTE

*Este documento disciplina e têm por finalidade regulamentar as atividades e as normas desenvolvidas na utilização dos laboratórios de informática.*

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

**Art. 1º** Os Laboratórios de Informática têm por objetivo oferecer condições para o desenvolvimento de atividades acadêmicas e técnico – científicas do IFRS *Campus* Rolante.

**Art. 2º** Os Laboratórios de Informática do IFRS *Campus* Rolante foram projetados para atender as necessidades de todos os cursos oferecidos na instituição, o ambiente é utilizado para fazer a transposição didática dos conteúdos que necessitem de softwares específicos ou uso de Internet para o desenvolvimento das aulas práticas.

**Art. 3º** A política de uso foi criada com os objetivos básicos de melhorar o gerenciamento dos equipamentos e serviços dos Laboratórios de Informática, bem como impedir o mal-uso destes recursos. Ela se baseia na ideia de que o acesso a estes recursos é um direito que gera deveres. Neste documento estão contidas as informações e orientações de uso e uma breve descrição dos equipamentos.

**Art. 4º** A utilização dos laboratórios se estende a todos os discentes regularmente matriculados em cursos, disciplinas ou inscritos em atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFRS *Campus* Rolante, que tenha como requisito uso do laboratório, bem como usuários/colaboradores vinculados a projetos com atividades alocadas por um determinado período no IFRS *Campus* Rolante.

**Art. 5º** O *Campus* Rolante oferece aos seus usuários dois Laboratórios de Informática, nos três turnos de funcionamento da instituição. Todos os laboratórios oferecem acesso à Internet. O acesso à Internet provido pelo IFRS *Campus* Rolante aos usuários dos Laboratórios de Informática tem como finalidade única e exclusiva atender às atividades acadêmicas e técnico-científicas.

§ 1º - Os laboratórios são dotados com um projetor multimídia e um notebook exclusivo para o uso do professor (a).

§ 2º - Os laboratórios são divididos e localizados da seguinte forma:

* Laboratório 01 - Piso superior ao lado da escada (37 Máquinas);
* Laboratório 02 - Piso superior ao lado do banheiro Feminino (36 Máquinas).

**CAPÍTULO II**

**DO REGULAMENTO E SUA APLICAÇÃO**

**Art. 6º** O presente documento contém as normas que regem e orientam as condições de utilização dos Laboratórios de Informática.

**Art. 7º** Ficam sujeitos a este regulamento todos os usuários dos Laboratórios de Informática.

**Art. 8º** Os Laboratórios de Informática são vinculados ao Departamento de Ensino, que disciplinará sua utilização de maneira que estejam sempre à disposição dos alunos e professores durante os horários de aulas dos cursos regulares, de extensão e demais cursos disponibilizados pela Direção do *Campus*.

§ 1º - Ao início de cada semestre letivo será elaborado um planejamento para o uso coletivo dos laboratórios para cada disciplina, com salas e horários estipulados.

**Art. 9º** O acesso ao uso dos Laboratórios de Informática é feito através de agendamento e reservas em sistema específico.

**Art. 10.** As requisições para instalação de novos softwares e recursos nos computadores dos Laboratórios de Informática deverão ser encaminhadas para o Departamento de Ensino pelo e-mail direcao.ensino@rolante.ifrs.edu.br, no início de cada semestre letivo (até a segunda semana), que consequentemente serão analisadas e efetuadas com prévio agendamento dos técnicos. Quando possível, demandar no final do semestre para que o setor de TI possa providenciar a adaptação dos laboratórios antes do início do semestre seguinte.

**Art. 11.** Para os professores que necessitarem de novos programas além dos autorizados no início do semestre letivo e que constam na instalação padrão do sistema, deverão solicitar com no mínimo 21 dias para adequação do laboratório, sob pena de não conseguir utilizar em tempo hábil;

**Art. 12.** Serão instalados apenas softwares cuja licença caracteriza-se como de uso livre, exceto aqueles já adquiridos pela instituição havendo licenças disponíveis.

**Art. 13.** São considerados usuários dos laboratórios de informática do IFRS *Campus* Rolante o corpo docente, corpo discente, corpo técnico-administrativo e inscritos em atividades de ensino, pesquisa e extensão que tenha como requisito do curso o uso do laboratório, bem como usuários e colaboradores vinculados a projetos com atividades alocadas por um determinado período no IFRS *Campus* Rolante.

**Art. 14.** Todos utilizarão um usuário padrão em comum, com o login ALUNO e senha ALUNO01, para realizarem uso dos computadores. Ao inicializar qualquer computador dos laboratórios de informática, será utilizado este padrão de acesso.

**Art. 15.** O docente/servidor que efetuou a reserva, como mencionado no Art. 4º, ficará responsável pelo patrimônio do laboratório durante o período reservado, mesmo não estando presente no local.

**Art. 16.** Os usuários dos Laboratórios de Informática comprometem-se a utilizar os recursos exclusivamente para as atividades de ensino, pesquisa ou extensão. Espera-se que todos cumpram as normas estabelecidas, para favorecer assim a coletividade e o aproveitamento máximo dos laboratórios para fins educacionais.

**Art. 17.** Não é permitida nenhuma forma de acesso não autorizado, como tentativas de fraudar autenticação de usuário ou segurança de qualquer servidor, rede ou conta. Isso inclui acesso aos dados não disponíveis para o usuário, conectar-se a servidor ou conta cujo acesso não seja expressamente autorizado ao usuário ou colocar à prova a segurança de outras redes.

**Art. 18.** Não são permitidas tentativas de interferir nos serviços de qualquer outro usuário, servidor ou rede. Isso inclui ataques e tentativas de provocar congestionamento em redes, tentativas deliberadas de sobrecarregar e/ou de “invadir” um servidor.

**Art. 19.** Quanto à utilização de equipamentos de informática particulares que utilizará dos recursos do IFRS *Campus* Rolante tais como: notebook, netbook, entre outros, os alunos, professores e terceiros ficarão submetidos assim, à política de segurança de utilização dos recursos determinados pelo *Campus*.

**CAPÍTULO III**

**RECOMENDAÇÕES GERAIS**

**Art. 20.** Ter ciência da constituição do regulamento do laboratório;

**Art. 21.** Zelar pela conservação dos computadores, cadeiras, mesas e demais equipamentos dos laboratórios de informática;

**Art. 22.** Respeitar os horários reservados para aula, limpeza e manutenção;

**Art. 23.** Manter o silêncio e o bom ambiente de trabalho;

**Art. 24.** Responsabilizar-se pelos seus objetos pessoais;

**Art. 25.** Utilizar fones de ouvido, caso queira trabalhar com áudio, quando autorizado pelo professor;

**Art. 26.** Ao término dos trabalhos, o professor responsável deve solicitar aos alunos que coloquem as cadeiras em seus devidos lugares, desligar os equipamentos corretamente, retornando-os à posição de origem, para conservar o ambiente organizado.

**Art. 27.** Nos computadores do laboratório não são feitos procedimentos de backup pela TI, e são utilizados softwares do tipo “freezer” que restaura a máquina, ou seja, ele "limpa" o computador toda vez que reinicia o sistema operacional, sendo assim é de responsabilidade do usuário manter seus arquivos salvos em outros meios.

**Art. 28.** Comunicar problemas encontrados no laboratório ao responsável no momento.

**CAPÍTULO IV**

**DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO**

**Art. 29.** Os Laboratórios de Informática prioritariamente serão utilizados para aulas dos cursos regulares, de acordo com o horário de atividades divulgado pelo Departamento de Ensino, com o intuito de englobar as aulas regulares dos cursos que os utilizarão, mediante o agendamento conforme o Art. 4º.

**Art. 30.** Em não havendo agendamento de aula para referido horário, assim, havendo disponibilidade do laboratório, o mesmo poderá ser utilizado para atividades externas às aulas regulares, como cursos de extensão e outras atividades habilitadas pelo Departamento de Ensino ou demais setores do *Campus.*

Parágrafo único. As aulas nos Laboratórios de Informática contarão obrigatoriamente com a presença de pelo menos um professor, ou na ausência deste, de um responsável designado pelo docente ou Coordenador do Departamento de Ensino, desde que não fique caracterizado desvio de função do mesmo.

**CAPÍTULO V**

**DAS COMPETÊNCIAS**

**Art. 31.** Dos Professores:

1. Agendar previamente o uso do Laboratório;
2. Caso haja desistência da reserva, deve imediatamente excluir tal reserva no sistema a fim de possibilitar a utilização por outros usuários;
3. As chaves encontram-se no Setor de Tecnologia da Informação e o professor tem a responsabilidade de retirar e devolver a mesma;
4. Assegurar o cumprimento do regulamento de uso dos laboratórios, principalmente condições elencadas no item **VI**;
5. Acompanhar os alunos e se manter presente no laboratório durante o horário reservado para as suas aulas, não sendo permitida a utilização dos mesmos, sem agendamento prévio;
6. Não permitir que alunos consumam bebidas ou alimentos dentro dos laboratórios, nem o mesmo deve fazê-lo;
7. Respeitar o horário marcado não deixando ultrapassar os períodos de intervalo, bem como o horário de fechamento dos laboratórios;
8. Fechar janelas e cortinas ao término da aula;
9. Em caso de problemas técnicos com equipamentos que não estiverem funcionando corretamente, o professor deve solicitar manutenção via Sistema de Chamados, em casos de extrema urgência será primeiro resolvido o problema e depois o professor ficará responsável por abrir o chamado;
10. Ao constatar qualquer dano aos computadores e periféricos por parte do aluno no momento de sua aula deverá informar ao setor de TI, para que sejam tomadas as medidas cabíveis;
11. Solicitar à Direção de Ensino aquisição de infraestrutura, hardware e software, para demanda específica, na ocasião de elaboração do Plano Diretor de TI.

**Art. 32.** Do Setor de Tecnologia da Informação

1. Supervisionar os Laboratórios de Informática com intuito de manter os mesmos em perfeitas condições de uso, quanto ao funcionamento dos hardwares e softwares;
2. Assegurar o cumprimento do regulamento de uso dos laboratórios;
3. Estar disponível para auxiliar o usuário nos horários de funcionamento dos Laboratórios em caso de dúvidas;
4. Controlar o acesso aos Laboratórios;
5. Orientar usuários quanto ao uso correto dos equipamentos;
6. Esclarecer dúvidas relativas ao funcionamento de máquinas (computadores) e ao uso da internet;
7. Suspender o acesso de usuários que infrinjam as normas constantes neste documento;
8. Bloquear o uso do computador, caso este não esteja sendo utilizado para fins acadêmicos.
9. Manter computadores reserva para situações emergenciais, substituindo imediatamente computadores com defeito, a fim de manter o bom andamento das aulas;
10. Planejar as demandas de hardware e software, conjuntamente com a Direção de Ensino para aquisição e manutenção de Laboratórios, incluindo estas e as solicitadas pela Direção de Ensino (Art. 26 item XI) no Plano Diretor de TI.

**CAPÍTULO VI**

**DAS PROIBIÇÕES**

**Art. 33.** É expressamente proibido a todos os usuários, exceto com a permissão do setor de tecnologia da informação ou professor responsável:

1. Instalar e/ou desinstalar softwares;
2. Fazer download e/ou upload de qualquer tipo de arquivo não relacionado às atividades;
3. Alterar a configuração dos softwares ou hardwares instalados, bem como dos sistemas operacionais dos equipamentos;
4. Alterar os papéis de parede e temas dos sistemas operacionais;
5. Colocar os dedos na tela, ou objetos como, por exemplo: caneta, lápis, borracha, entre outros;
6. Acessar sites da Internet considerados ofensivos à moral, ética, de natureza racista, discriminatória ou pornográfica, salvo quando estritamente vinculado a uma atividade acadêmica com autorização expressa do docente responsável pela disciplina;
7. Utilizar recursos de comunicação instantânea (WhatsApp, Telegram, Facebook, salas de bate-papo, entre outros) que não estejam previstos em atividades, exceto quando tais acessos estiverem vinculados a alguma atividade acadêmica, devidamente solicitada pelo docente responsável pela disciplina;
8. Violar os lacres/cadeados dos equipamentos;
9. Abrir, desmontar ou reconfigurar qualquer equipamento;
10. Danificar, riscar e/ou marcar de qualquer forma os equipamentos, mobília ou paredes;
11. Trazer equipamentos particulares para utilização no laboratório, salvo dispositivos de armazenamento removível de pequeno porte, como pen drives e/ou notebook ou netbook pessoal;
12. Retirar equipamentos;
13. Desenvolver e/ou disseminar vírus de computador nos equipamentos e rede;
14. Criar e/ou utilizar programas que tenham o objetivo de obter senhas ou outros dados pessoais de outros usuários;
15. Utilizar jogos individuais ou coletivos que não estejam previstos em atividades didático-pedagógicas;
16. Em hipótese nenhuma fumar e/ou consumir ou portar qualquer tipo de alimento ou bebida;
17. Utilizar os equipamentos para fins pessoais e/ou qualquer outro tipo de atividade incompatível com as tarefas acadêmicas;
18. Desorganizar/redistribuir os objetos do laboratório;
19. Trocar os periféricos (mouse, teclado, monitor de vídeo, etc.) e/ou equipamentos de lugar;
20. Fazer transferências de arquivos maiores que 100Mb via Internet;
21. Desrespeitar ou agredir verbalmente outras pessoas e usar vocabulário de baixo calão;
22. Tornar públicos assuntos pessoais alheios e/ou conteúdo de correspondências eletrônicas particulares sem autorização;
23. Publicar e/ou enviar produto de trabalho de outras pessoas, violando os direitos autorais;
24. Utilizar os computadores para fins incompatíveis com as atividades da aula que está sendo ministrada, ou seja, navegar na Internet, fazer tarefa de outra disciplina;
25. Utilizar aparelho celular a não ser quando previsto na atividade;
26. As páginas consideradas de conteúdos não pertinentes à área acadêmica poderão ser bloqueadas pelo setor de Tecnologia da Informação a qualquer momento sem aviso prévio, utilizando sistemas cabíveis para os registros, monitoramento e controle da rede;
27. Alterar instalações elétricas, visto que alguns equipamentos estão em voltagem 110v e outros estão em voltagem 220v;
28. Desconectar quaisquer cabos. Sejam eles elétricos, de rede, do monitor de vídeo ou de periféricos (mouse e teclado).

Parágrafo único. No caso do item XI, o setor de tecnologia da informação ou docente não se responsabilizará pelo suporte e equipamento caso o aluno opte por utilizar notebook ou netbook pessoal.

**CAPÍTULO VII**

**DAS PENALIDADES**

**Art. 34.** Os usuários que praticarem qualquer ação prevista no artigo 28 e seus incisos ou outra que resulte em danos aos Laboratórios de Informática estarão sujeitos às seguintes sanções:

1. Suspensão temporária do direito de uso dos Laboratórios de Informática;
2. Reposição dos equipamentos danificados ou retirados;
3. Sanções disciplinares previstas na Organização Didática.

**Art. 35.** Cabe ao Departamento de Ensino deliberar sobre a sanção mais adequada a cada tipo de infração.

**Art. 36.** Caso o usuário tenha dúvida a respeito da permissão de realizar alguma atividade, deve consultar o Setor de Tecnologia da Informação ou o professor responsável. A falta de informação não é justificativa para má utilização dos equipamentos ou outro tipo de infração.

**CAPÍTULO VIII**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 37.** O horário reservado para a limpeza poderá ser substituído por aula desde que o professor responsável solicite a utilização do laboratório de informática no mínimo 24 horas de antecedência, sob pena de não conseguir utilizá-lo;

**Art. 38.** Outros Laboratórios de Informática que eventualmente forem implantados serão regidos por este mesmo documento;

**Art. 39.** Este regulamento pode ser alterado sempre que se fizer necessário e suas alterações deverão ser aprovadas pelo Conselho de *Campus*,

**Art. 40.** A cópia atualizada ficará disponível no site do *Campus* e uma cópia impressa em cada laboratório de informática;

**Art. 41.** Casos omissos serão resolvidos pela Direção de Ensino e Direção-geral.

**Art. 42.** Este regulamento entra em vigor a partir da data de sua aprovação pelo Conselho de *Campus*.